CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 88

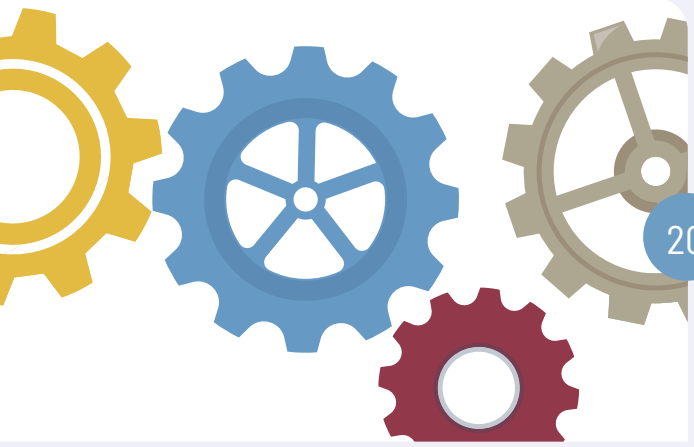
Ano 29 - Outubro 2022

Educação de qualidade passa por protagonismo do aluno e mentoria do docente

Transparência gera confiança na relação entre médico-veterinário e tutor

Centros de Ciência para o Desenvolvimento alavancam agronegócio paulista

ÍNDICE



4 **Por dentro do Conselho**

7 **Você no CRMV**
Leonardo Maggio de Castro: "não saberia dizer quando me apaixonei pela cirurgia e emergência e por cavalos"

8 **Entrevista**
"A principal recomendação para os programas de pós-graduação em Medicina Veterinária é a busca pela formação de excelência de recursos humanos", afirma Rinaldo Aparecido Mota

10 **Especial**
Colocar o aluno como protagonista de sua aprendizagem é o caminho para melhorar a formação dos profissionais

18 **CRMV Responde**

19 **Opinião**
CRMV-SP: um novo olhar para o ensino da Medicina Veterinária

20 **Perspectiva**
Cartilha sobre Monkeypox em animais está disponível para acesso

22 **Empreender**
Transparência é imprescindível na relação entre médico-veterinário e tutor

24 **Perspectiva**
CRMV-SP orienta conduta a ser adotada quanto a petiscos contaminados

26 **Fazendo a difereça**
"Quanto mais próximos estivermos da iniciativa privada, mais direcionadas às necessidades reais serão nossas pesquisas"

28 **Perspectiva**
Vacinação voluntária contra Febre do Nilo Ocidental é autorizada pelo Mapa

32 **Nas Comissões**

34 **Atualize-se**

35 **Publicações Oficiais**

35 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Vergueiro, 1753/1759 - 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

fb.com/crmvsp @crmv_sp @crmvsp

www.crmvsp.gov.br
Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 88 – 2022

Diretoria Executiva
Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. ***Vice-presidente:*** méd.-vet. Fábio Manhoso. ***Secretário-geral:*** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. ***Tesoureira***: méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. ***Conselheiros efetivos:*** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio de Lacerda; méd.-vet. Rogério Arno Miranda; méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari de Souza. ***Conselheiros suplentes:*** zoot. Ana Cláudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.- vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Mitika Kuribayashi Hagiwara; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. ***Chefe de gabinete:*** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, nº 532, sala 23, Centro, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP) . Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 10º andar, sala 1.005, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação e Eventos
Editor responsável: méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos
Jornalista responsável: Laís Domingues – MTB: 59.079/SP
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br
Redação: Gisele Donato – MTB 22.429/SP
Colaboração: Camila Garcia - MTB 60.003/SP

Sede do CRMV-SP
Rua Vergueiro, nº 1753/1759, 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana, São Paulo (SP) - CEP 04101-000
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Mota Produções
Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções
Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções
Capa: Mota Produções

ACERVO CRMV-SP

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP

AMOR À PROFISSÃO É O QUE NOS MOVE NA BUSCA POR UMA MEDICINA VETERINÁRIA MODERNA E COMPETITIVA

A educação é uma das principais frentes da atual gestão. Ainda que o Conselho não tenha gerência direta sobre o ensino da Medicina Veterinária – atribuição do Ministério da Educação –, é seu dever se aproximar, sugerir, acompanhar e estimular uma educação de qualidade, proporcionando, assim, a chegada de bons médicos-veterinários à sociedade. É nosso papel estreitar laços e promover diálogos com foco na melhor formação profissional.

Queremos ampliar cada vez mais o diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo, buscando seu aprimoramento em alto nível e disponibilizando toda a estrutura da autarquia para esse fim.

Plantamos as primeiras sementes com as visitas de nossa Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP a mais de 20 IESs para reafirmar nossa intenção de manter nossas portas abertas para ouvir suas necessidades; com a realização do I Encontro de Coordenadores de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, que reuniu, em abril, representantes de 56 cursos; e, em breve, com a campanha "Melhor Escolha", voltada aos estudantes do ensino médio que pretendem ingressar na graduação.

Nesta edição do Informativo CRMV-SP, inclusive, a matéria especial traz coordenadores/docentes de diferentes IESs analisando o atual ensino de Medicina Veterinária e mostrando caminhos para modernizar e aumentar a qualidade da formação dos profissionais.

Outro destaque é a entrevista especial com Rinaldo Aparecido Mota, coordenador da área de Medicina Veterinária na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), abordando, entre outros assuntos, a importância da pós-graduação stricto sensu para a formação de docentes/pesquisadores e como o profissional deve capacitar-se para atuar como professor universitário.

Vale destacar, também, a matéria da editoria Fazendo a diferença, que aborda a criação dos Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCD), por meio de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o qual contemplou, entre outros, o Instituto de Zootecnia (IZ) com seu projeto sobre neutralidade climática da Pecuária em regiões tropicais.

Certamente, nossa caminhada continua visando a integração entre as classes e a aproximação com as instituições de ensino superior em busca de diálogos construtivos que têm como objetivo maior a boa formação dos médicos-veterinários e zootecnistas para atender com ainda mais qualidade a sociedade brasileira.

A busca pela integração de todos nós profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua. Dessa forma, sairemos fortalecidos!

Boa leitura!

Regional participa de inauguração de Hospital Veterinário Público na USP

Fruto de convênio entre a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de São Paulo e o Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), a quarta unidade do Hospital Veterinário Público da cidade de São Paulo começou a atender a população no início de julho.

Participaram da inauguração o prefeito Ricardo Nunes, o secretário estadual de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, David Uip, entre outras autoridades dos governos municipal e estadual, e vereadores. O CRMV-SP foi representado por Raphael Marco Blech Hamaoui, presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas e conselheiro suplente. A cerimônia contou também com a presença da médica-veterinária Mitika Kuribayashi Hagiwara.

Com capacidade para 3.500 atendimentos por mês, o hospital conta com salas de emergência, enfermagem, consultórios de atendimento para clínica médica e especialidades, e centro cirúrgico, além de serviços de cardiologia, oncologia, oftalmologia e diagnóstico por imagem.

ARQUIVO PESSOAL RAPHAEL HAMAOUI

CRMV-SP visita dependências do Jockey Club de São Paulo

O vice-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Fábio Manhoso, e o presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas da autarquia, Raphael Hamaoui, visitaram, em julho, as dependências do Jockey Club de São Paulo (JCSP), instituição fundada em 14 de março de 1875.

A comitiva do CRMV-SP foi recebida pelo coordenador do Departamento de Assistência Veterinária do JCSP, Antonio Carlos Bolino, que ressaltou a satisfação em receber a visita do Regional. "A expectativa é boa e salutar, pois vejo a oportunidade de juntos construirmos uma classe mais sólida."

Manhoso destaca que a visita teve o intuito de estabelecer maior aproximação com a instituição que é referência na Medicina Veterinária Equina, apresentando o Conselho e oferecendo o apoio da autarquia. "Além de todo aparato técnico presente no hospital veterinário, é preciso destacar a importância científica e pedagógica, com destaque ao programa de residência médica-veterinária que já está em sua 46ª turma", enfatizou.

ARQUIVO PESSOAL/RAPHAEL HAMAOUI

Presidente participa de plenária e Câmara de Presidentes (30/08)

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, participou de plenária realizada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) em Porto Alegre, em agosto. Em seguida, Mossero também esteve presente na Câmara Nacional de Presidentes, que discutiu temas relacionados ao exercício dos regionais, auditorias e atualização de resoluções, responsabilidade técnica, autocontrole na indústria de alimentos, e telemedicina veterinária, entre outros.

CRMV-RS

Visitas reivindicam valorização profissional e remuneração condigna no serviço público

Preocupado com a valorização dos médicos-veterinários pelos gestores públicos, representantes do CRMV-SP estiveram, em julho, em três cidades – Embu-Guaçu, Iperó e Jundiaí – para destacar a relevância destes profissionais para a Saúde Única e a necessidade de adequação de editais de concursos publicados recentemente para atuação junto aos serviços públicos municipais.

Nas visitas, estiveram presentes o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, o presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas, Raphael Marco Blech Hamaoui, e o assessor de gabinete da Presidência, Olírio Saletti Lobo.

A intenção da autarquia é identificar divergências e propor compromissos aos gestores públicos que abarquem médicos-veterinários como profissionais capacitados e com papel propositivo em políticas de saúde pública, animal e ambiental, sustentabilidade e agenda de desenvolvimento socioeconômico local.

"O CRMV-SP é fundamental nesse quesito, com o objetivo de orientar, salientar a importância da categoria e supervisionar os profissionais concursados. Desta forma, teremos cada vez mais médicos-veterinários com nível de excelência, satisfeitos com seus ganhos e cumprindo o relevante serviço à sociedade. Contem conosco para atuarmos juntos nessa ação importante para todos!", concluiu Robson Leporo, presidente do Sindimvet-SP.

ACERVO CRMV-SP

Conselho alerta sobre tentativa de golpe relacionado à cobrança de boletos

Em tentativa de lesar profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia, criminosos estão se apresentando como funcionários do CRMV-SP para aplicar golpe sobre cobrança de supostos boletos em atraso. Segundo relatos recebidos pelo Conselho, o contato realizado é por telefone, no qual são repassadas informações sobre possíveis débitos junto à autarquia, de pessoa física ou jurídica. Em seguida, ameaçam cancelar o registro da vítima, fechar o estabelecimento por 30 dias e encaminhar o caso à Serasa.

O CRMV-SP esclarece que trata-se de um golpe e reforça que o Conselho não faz nenhum tipo de cobrança via contato telefônico. As comunicações oficiais aos profissionais que possuem débitos junto ao Regional são feitas em formato de cobrança amigável, por meio dos e-mails: cobranca@crmvsp.org.br ou cobranca@crmvsp.gov.br, orientando-os a acessar o sistema eletrônico (SIG CRMV-SP) para emissão do boleto de pagamento.

Serviço – caso queira confirmar possível pendência financeira junto ao Conselho, acesse a SIG CRMV-SP (https://crmv-sp.implanta.net.br/servicosonline/) ou ligue para (11) 5908-4799.

FREEPIK

Passo a passo para acessar a SIG CRMV-SP:

1- Acesse a SIG CRMV-SP

2- Crie seu login e senha no item "**PRIMEIRO ACESSO"** ou faça seu *login*;
3- Entre na aba "**Financeiro**";
4- Veja o débito e forma de pagamento;
5- Clique na opção desejada;
6- Faça o *download* do boleto, com as devidas correções, em PDF para pagamento.

SAIU NA **MÍDIA**

Durante os meses de julho a setembro, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas à telemedicina veterinária, cannabis, petiscos contaminados, monkeypox em animais, setembro amarelo e maus-tratos. ■

Total de inserções na mídia

Julho	91
Agosto	09
Setembro	109
Total	**209**

Veículos

Jornal da Band, Estadão, Terra, Folha de S. Paulo, Valor Econômico, Revista Casa e Jardim, UOL, Isto é, Canal Rural, Portal do MCTI.

Movimentação dos Processos Éticos*	
Denúncias recebidas:	65
Denúncias arquivadas:	33
Processos éticos instaurados:	19
Processos éticos julgados:	38

Fiscalizações*	
Empresas inscritas fiscalizadas:	1229
Empresas não inscritas:	287
Autos de infração lavrados:	837
Fiscalizações no período:	1516

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*	
Sede:	390
Marília:	133
Campinas:	53
Sorocaba:	107
Taubaté:	07
São José do Rio Preto:	446
Araçatuba:	40
Santos:	118
Ribeirão Preto:	175
Botucatu:	21
Presidente Prudente:	26

*Período: julho, agosto e setembro/2022

ACERVO PESSOAL/LEONARDO MAGGIO DE CASTRO

LEONARDO MAGGIO DE CASTRO: "NÃO SABERIA DIZER QUANDO ME APAIXONEI PELA CIRURGIA E EMERGÊNCIA E POR CAVALOS"

Médico-veterinário é presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP

Amor e vocação motivaram Leonardo Maggio de Castro, presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) em sua escolha profissional. "Sou filho de médico humano, meu pai é cirurgião e trabalha até hoje com emergência. Vivi esse universo de hospital desde muito pequeno, porque meu pai contava as histórias e vendo que eu era fascinado por cirurgia e emergência, ele me estimulava."

Graduado em Medicina Veterinária pelo Centro Universitário de Rio Preto (Unirp), Castro fez residência em Clínica e Cirurgia de Grandes Animais na Universidade de Brasília (UnB), é mestre em Clínica Cirúrgica Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), docente responsável pelo Hospital Veterinário Universitário de Grandes Animais da Universidade de Sorocaba (Uniso) e pelo Grupo de Estudos em Resgate Técnico Animal (Gerta) da Uniso.

Fascinado por cirurgia, o médico-veterinário lembra que, por volta dos cinco anos de idade, pedia ao pai para ajudá-lo a montar um hospital em seu quarto para operar seus ursos de pelúcia. "O mais interessante é que, apesar de ser fascinado pelos passos do meu pai, sempre fui apaixonado por cavalos, não saberia dizer quando me apaixonei pela cirurgia e emergência e quando me apaixonei por esses animais. Sempre projetava na minha cabeça: quero ser médico de cavalo, por isso, digo que é uma escolha vinda da alma e, lógico, estimulado por meu pai. Quando chegou o vestibular me preparei e não tinha como escolher outro caminho a não ser a Medicina Veterinária", ressalta.

Uma semana depois de iniciar o curso, em 2007, no Centro Universitário de Rio Preto (Unirp), durante uma aula de anatomia, foi apresentado ao sistema digestivo de um equino, ficou fascinado e procurou a professora dizendo que queria conhecer o Hospital. "Dez dias depois, ingressei como estagiário no Hospital Veterinário da Unirp, desde o começo tive contato com a rotina de clínica e cirurgia de grandes animais e com as emergências. Ali pude realmente comprovar que estava no lugar certo."

Ainda que o profissional seja considerado médico-veterinário apenas quando obtém o registro no Conselho Regional, Castro salienta que sua carreira foi construída a partir do primeiro dia do curso. "O contato muito intenso com a rotina de emergência, cirurgia e clínica de grandes animais, com foco maior nos cavalos, vai de encontro ao resgate técnico, porque começamos a nos deparar com situações que envolviam grandes animais em local e situação de risco, como cavalos e bovinos atropelados ou que caíam em valas, casos oriundos de uma demanda meio oculta para a Medicina Veterinária até recentemente."

Castro teve seu primeiro contato com o CRMV-SP ao final da graduação, em 2011, quando foi à Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento (Urfa) de São José do Rio Preto para pedir orientações sobre como tirar o primeiro registro de classe. Anos mais tarde, lembra-se de quando uma colega, vendo que o resgate técnico se tratava de um trabalho sério e de extrema importância e aplicabilidade, colocou-o em contato com o então presidente do Conselho, Mário Eduardo Pulga, em 2021, para que vislumbrassem a ideia da criação de uma comissão de resgate técnico animal no CRMV-SP.

"Após algumas reuniões e alinhamentos, foi autorizada a criação da Comissão de Resgate Técnico. É imprescindível que se enalteça a postura desde o mandato do Dr. Mário Pulga até o atual, do Dr. Odemilson Donizete Mossero. Porque chegar ao seu conselho de classe, debater sobre uma temática que ainda é pouquíssimo conhecida no País e embrionária no mundo, e ver a pronta aceitação e a liberdade para que se desenvolva um grande trabalho é muito motivador", ressalta.

Em sua experiência ao longo dos anos, Castro vê uma expansão do Resgate Técnico Animal no Brasil. "Hoje, os conselhos de classe se mobilizam para a criação de comissões, o CFMV tem sua própria comissão, as universidades estimulam os alunos sobre o tema, acadêmicos se interessam pela área, a própria mídia tem mostrado com frequência a importância da assistência aos animais em situação ou local de risco e de desastre. Ou seja, a expansão é exponencial, avassaladora e inevitável, é apenas questão de tempo", enfatiza o presidente da Comissão.

Castro ressalta, ainda, que os desastres e as catástrofes têm uma visibilidade muito maior pelo impacto negativo em uma determinada localidade, com os altos índices de morbidade e mortalidade, por isso, são eventos que chamam a atenção, geram preocupação, mobilizam recursos e tem grande visibilidade. "No estado de São Paulo, as principais demandas, que deixam em alerta todos os órgãos e as autoridades, inclusive a própria Comissão e o Conselho, são os alagamentos oriundos dos grandes volumes de chuva acumulados e, no período de estiagem, as queimadas."

Além dos desastres e catástrofes, há uma rotina diária, a qualquer hora e de domingo a domingo, que acomete diversas espécies animais que precisam ser resgatados em diferentes municípios, como, por exemplo, cães, gatos, cavalos e bovinos que caem em fossas, valas e leitos de rios; assim como animais silvestres e mesmo domésticos que são atropelados.

"Esta é uma grande preocupação, em específico do CRMV-SP, de mobilizar a Comissão para que encontre soluções e para criar planos junto à Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, prefeituras, para que esses animais do dia a dia também possam ser assistidos. Por mais que as situações de desastres e catástrofes sejam cada vez mais comuns, o maior percentual de ocorrências que se tem ainda é de animais locais em situação de risco", conclui Castro. ■

"A PRINCIPAL RECOMENDAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA É A BUSCA PELA FORMAÇÃO DE EXCELÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS", AFIRMA RINALDO APARECIDO MOTA

Médico-veterinário destaca, ainda, a inclusão de novos conteúdos associados à ética profissional, bioestatística, empreendedorismo, gestão e inovação tecnológica na grade curricular

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, o médico-veterinário Rinaldo Aparecido Mota, especialista em doenças infecciosas dos animais domésticos, professor titular do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco e responsável pela área de Medicina Veterinária na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), aborda a importância da pós-graduação *stricto sensu* para a formação de docentes/pesquisadores no Brasil.

Graduado pela Unifenas (Minas Gerais), mestre em Microbiologia Veterinária e doutor em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com pós-doutorado na área de Doenças Parasitárias de Ruminantes pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha), Mota fala também sobre mestrado profissional e como capacitar-se para atuar como professor universitário. Leia a íntegra:

1- Em sua opinião, quais habilidades um professor universitário deve desenvolver para que possa desempenhar bem seu papel de educador em uma área técnica?

O docente universitário deve desenvolver competências e habilidades na sua área de atuação voltadas para um ensino de qualidade e, também, deve estar receptivo para se adaptar aos desafios que podem surgir durante a carreira, como o que aconteceu recentemente na pandemia quando tiveram que se adaptar ao sistema remoto de ensino na graduação e na pós-graduação, sem perder as habilidades de transmitir os conteúdos com qualidade.

Dentro das habilidades, destaco o domínio do conteúdo (teórico e prático), a capacidade de liderança e de atualização frequente, e disponibilidade para perceber os desafios e diferentes cenários da área técnica onde atua, além de estimular o pensamento criativo dos discentes. A capacitação para atuar como professor universitário é, em grande parte, adquirida quando se realiza uma boa pós-graduação em programas de destaque na área, o que possibilita o treinamento e a discussão de conteúdos de diferentes para a formação profissional. Conteúdos de ética e disciplinas de estágio à docência também devem ser incentivadas na capacitação direcionada para a formação docente. A vivência em hospitais por meio de treinamentos em serviço na Residência Multiprofissional em Saúde também oferece conteúdos e habilidades de abordagens diferenciadas para desempenhar o futuro papel de docente, pesquisador e extensionista.

2- Como é monitorada a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil?

A qualidade dos programas de pós-graduação no Brasil é avaliada a cada quadriênio pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a permanência no sistema e oferecimento dos cursos de mestrado e doutorado com excelência. Cada uma das 49 áreas da Capes realiza análise conforme os critérios previamente estabelecidos em fichas que abordam três quesitos: programa, formação e impacto na sociedade. Desta forma, anualmente, são encaminhados os dados dos programas, os quais são registrados na Plataforma Sucupira. Ao término do quadriênio, são avaliados individualmente por uma comissão formada por especialistas na área, com representatividade de todas as regiões do País.

Trata-se de um controle rigoroso de qualidade das ações dos programas, que atualmente é feita de forma quantitativa e qualitativa, considerando a produção científica e técnica/tecnológica, a inserção e as atividades desenvolvidas pelos egressos no mercado de trabalho, a visibilidade por meio da internacionalização, além do impacto econômico e social das ações e critérios relacionados à formação discente, a disponibilidade de infraestrutura, conteúdo e atualização de disciplinas, e projetos de pesquisa desenvolvidos.

3- Quais são as principais recomendações que o Comitê de Avaliação da Capes, área de Medicina Veterinária, tem proposto para os programas de pós-graduação no Brasil?

A principal recomendação para os programas de pós-graduação em Medicina Veterinária, em nível de mestrado e doutorado para a modalidade acadêmica, é a busca pela formação de excelência de recursos humanos na área. Nesse sentido, é imperioso seguir os critérios adotados para a pós-graduação presencial, que é a modalidade prevalente na área. Nesta proposta, o docente deve ter habilidades para acompanhar e discutir os temas da proposta curricular do curso de mestrado ou doutorado, além de oferecer a oportunidade para o discente realizar aulas práticas em laboratórios, hospitais

e fazendas disponíveis para esta finalidade. Além disso, nesta modalidade, deverá ser acompanhado pelo orientador no planejamento e execução dos experimentos e discussão dos resultados obtidos.

Outro aspecto que a área recomenda, e que foi fortemente estimulado nesse último quadriênio, é a inclusão de novos conteúdos associados à ética profissional, bioestatística, empreendedorismo, gestão e inovação tecnológica na grade curricular dos programas. Os discentes precisam ter a oportunidade de vivenciar novas experiências de formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e ter outras oportunidades para expandir para além do ensino voltado para a formação acadêmica, uma formação básica em áreas que podem agregar informações importantes na formação, gerar novas oportunidades para uma melhor inserção dos mestres e doutores no mercado de trabalho.

4- O senhor acredita que os programas de pós-graduação *stricto sensu* em atividade no Brasil, na área de Medicina Veterinária, deveriam ter como meta formar pessoal capacitado para buscar soluções para problemas médicos, sociais e econômicos relacionados à área temática?

Sim. No último quadriênio, os programas de pós-graduação experimentaram um novo modelo de avaliação que contempla indicadores quantitativos e, também, uma análise qualitativa dos resultados obtidos nas teses e dissertações, além da inserção do egresso em atividades de destaque para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Diferentemente da avaliação que prevalecia até o momento, onde as atividades dos programas eram avaliadas, quase que exclusivamente, por meio da capacidade de formação e produção científica, hoje, existe uma grande preocupação com os produtos técnicos/tecnológicos que extrapolam e avançam no modelo anterior, o que permite uma análise mais detalhada das ações no meio em que estão inseridos.

Em minha opinião, é de extrema importância o impacto dos projetos de pesquisa da pós-graduação para contribuir efetivamente na resolução de problemas sociais em nível local, regional ou nacional. Atualmente contamos com programas que produzem insumos de diagnóstico para atender demandas específicas de controle e erradicação de doenças junto aos Planos de Sanidade dos Animais de Produção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Contribuem para obter produtos de origem animal de qualidade para o consumo interno e para a exportação. Esse é apenas um exemplo de sucesso de atuação social e econômica dos programas de pós-graduação na área. Destacamos, ainda, a produção de imunoprofiláticos que geram depósito de patentes, atuação dos programas junto a órgãos federais de fiscalização em aeroportos e produção de protótipos para otimizar a produção e o bem-estar animal.

Durante a pandemia da Covid-19, vários programas da área disponibilizaram sua infraestrutura de laboratórios e a expertise de docentes e discentes para a execução de testes de diagnóstico e projetos de pesquisa com animais, humanos e ambiente no contexto da Saúde Única. Esta ação reveste-se de elevado impacto social, pois auxiliou efetivamente nas ações de enfrentamento da pandemia.

5- Como o senhor analisa o mestrado profissional em Medicina Veterinária, atualmente, no Brasil? E, especificamente, em São Paulo?

A pós-graduação na modalidade profissional ainda é incipiente em nossa área. Contamos hoje com 10 programas distribuídos, principalmente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Esta modalidade de ensino de pós-graduação tem um público-alvo diferenciado que abrange os profissionais da área que estão no serviço e que gostariam de se aperfeiçoar em suas atividades laborais. Geralmente os discentes trazem experiências associadas ao serviço ao qual estão vinculados e projetam alternativas para melhorar a sua qualidade.

Os projetos geralmente estão voltados para atender às demandas sociais e resolver problemas com a geração de produtos técnicos/tecnológicos em parceria com empresas, secretarias de saúde, defesa sanitária animal ou mesmo para atender demandas específicas de médicos-veterinários que atuam em clínicas. Na área, destacam-se os programas profissionais que tem como objetivo a capacitação de profissionais da defesa sanitária animal de diferentes unidades da federação, além de otimizar a produção de temas demandados por empresas da área, capacitação de médicos-veterinários na clínica e cirurgia de animais de pequeno porte e na área da Saúde Única. A nossa expectativa é que surjam novas propostas para qualificação de profissionais para atender a demanda do Agronegócio, principalmente na região Centro-oeste e Norte do País.

6- Quais sugestões o senhor daria a um estudante de graduação que deseja capacitar-se para atuar como professor universitário?

A minha sugestão neste sentido é que o discente busque informações sobre a disponibilidade de programas de pós-graduação em sua região que atenda a sua necessidade e expectativa de formação acadêmica ou profissional. Temos hoje no País inúmeros programas de excelência na área de Medicina Veterinária com perfis diferenciados de formação e, em muitos casos, comparados a programas internacionais, conhecidos por sua excelência.

Neste contexto, destacam-se os programas nota 5, 6 e 7. É importante que o discente tenha claro o que deseja na formação em nível de pós-graduação. Definida a área de atuação, o profissional poderá escolher o perfil de programa que deseja cursar nas diferentes áreas disponíveis no cenário nacional, como clínica médica, cirúrgica, epidemiologia, Medicina Veterinária Preventiva, inspeção e qualidade de alimentos, Saúde Única, entre outras. Ainda indico que o discente se dedique integralmente às atividades da pós-graduação e aproveite as oportunidades de realizar estágios e treinamentos com grupos nacionais e estrangeiros.

Existem programas e modalidades de bolsas específicas para o exterior para os alunos que cursam o doutorado. A inserção internacional do discente traz oportunidades inéditas de aperfeiçoamento, de conhecer novas realidades de ensino e pesquisa e dá grande visibilidade que permite parcerias em projetos futuros. É importante que o profissional compreenda que a pós-graduação *stricto sensu* na modalidade acadêmica tem como objetivo central a capacitação de profissionais voltados para atender a demanda de ensino e pesquisa.

Se não tiver pretensão de seguir a carreira acadêmica, é importante buscar informações sobre outras possibilidades disponíveis, como os programas profissionais que atendem a um público diferenciado, estando voltado para atender a demanda de aperfeiçoamento de serviço especializado na área. ■

FREEPIK

COLOCAR O ALUNO COMO PROTAGONISTA DE SUA APRENDIZAGEM É O CAMINHO PARA MELHORAR A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Agindo como mentor, docente deixa de deter o conhecimento e passa a instruir os discentes sobre o melhor uso da informação

Por englobar diversas áreas, inclusive, com atuação efetiva em Saúde Única, a Medicina Veterinária é considerada uma das profissões mais completas do mundo. Quando o assunto é a qualidade da formação do médico-veterinário, um olhar atento ao ensino superior torna-se ainda mais relevante.

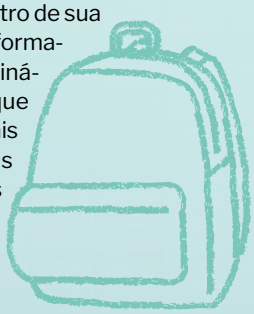
Em fase de implantação em todo o território brasileiro, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Medicina Veterinária, instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019), foram elaboradas com base no amplo leque de atuação desses profissionais.

Coordenadora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário FMU e professora temporária do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), Ana Cláudia Balda ressalta que as antigas diretrizes eram de 2003 e que, em quase 20 anos, o mundo mudou demais, principalmente, o do trabalho.

"Já estava na hora de repensarmos a profissão e atualizarmos os currículos, focando no perfil de profissional que o mercado precisa. Nesse sentido, houve uma modernização e acredito que o principal ganho é proporcionar ao estudante maior variedade dos cenários de aprendizagem e formar esse profissional de maneira mais ampla. As DCNs estão atualizadas e em consonância com o mercado de trabalho, além disso, fortalecem os conceitos de Saúde Única e promovem temas transversais, como bem-estar, por exemplo, fazendo com que assuntos de extrema importância perpassem, não apenas uma disciplina, mas o curso como um todo", enfatiza Ana Cláudia.

Para Denise Tabacchi Fantoni, professora titular do Departamento de Cirurgia e vice-diretora da FMVZ-USP, as mudanças são positivas, a exigência de estágios e práticas assegura de certa maneira que o estudante cumpra um mínimo de carga horária prática supervisionada, obrigando as instituições de ensino superior (IESs) a terem uma estrutura razoável para permitir este aprendizado. "Mas isso não é garantia de que o aluno terá a seu dispor equipamentos, número de casos e profissionais habilitados para passarem este conhecimento. Ainda são necessárias mudanças mais veementes no currículo para que o ensino da Medicina Veterinária alcance um patamar adequado de formação para todos os estudantes", alerta.

Já Fernando Ibanez, professor de clínica cirúrgica da Faculdade Anclivepa de Medicina Veterinária, considera que as diretrizes descrevem um mundo ideal e que é impossível contemplar tudo em tão pouco tempo. "Claro que o profissional tem que ter visão holística e da Saúde Única, mas dentro de sua atuação. Participo da formação de médicos-veterinários desde 1996 e o que vejo é que cada vez mais formamos profissionais com ampla visão, mas não dá para formar um bom clínico, um bom sanitarista e um



ACERVO PESSOAL/LUIS GUILHERME DE OLIVEIRA

Luis Guilherme de Oliveira

bom geneticista durante o curso, eles têm uma formação superficial generalista. As diretrizes têm que incentivar veementemente a necessidade de aprofundar conhecimentos na área escolhida pelo profissional e, definitivamente, prever mais carga horária para a formação dos egressos", afirma.

Luis Guilherme de Oliveira, professor livre-docente na área de Clínica Médica de Suínos, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – campus Jaboticabal, bolsista de produtividade pelo CNPq e responsável pelo Laboratório de Medicina de Suínos da Unesp-Jaboticabal, comemora o fato das DCNs terem sido atualizadas em vários aspectos para as demandas de Saúde Única e atividades de extensão, o que valoriza uma ação mais integrada entre os profissionais da área da Saúde, "entretanto, é importante também destacar nas diretrizes curriculares a formação do médico-veterinário para atuação no Agronegócio, segmento estratégico para o País."

A coordenadora geral e professora titular do curso de Medicina Veterinária da Universidade Paulista (Unip), Patrícia Borelli Noronha, salienta que as novas diretrizes curriculares procuram adequar os inúmeros cursos de Medicina Veterinária a uma necessidade de atualização na construção de um profissional mais crítico, criativo, íntegro e autônomo, que desenvolva uma visão ampla e compreenda o papel da profissão não apenas na saúde animal, mas em toda sociedade, incluindo agora um papel de destaque no desenvolvimento de competências – com especial cuidado com a ética, o bem-estar animal, a sustentabilidade ambiental e o médico-veterinário como um agente fundamental na saúde pública.

"Essas novas diretrizes trazem inúmeros desafios para as IESs em implementar um novo contexto de ensino e aprendizagem, além de adequar a grade curricular e as instalações do curso. Isso não é tão simples e será necessário um período de adaptação ante a implementação deste modelo, especialmente, na capacitação de professores, coordenadores e, inclusive, de alunos. Entendo que o foco não é uma faculdade conteudista, mas não acredito em um curso que não ofereça uma base forte e robusta para que o aluno possa, a partir daí, desenvolver suas competências já durante a realização de seu curso de graduação", alerta Patrícia.

A coordenadora da Unip destaca, ainda, a necessidade de haver um entendimento de toda comunidade acadêmica para colocar as diretrizes em prática, uma vez que a distribuição das disciplinas e cargas horárias do Projeto Pedagógico do curso, a presença do professor na universidade e a possibilidade de implementação de novas práticas são muito distintas entre as instituições públicas e privadas.

Como anda o ensino da Medicina Veterinária

É fato que existe um número elevado de cursos de Medicina Veterinária no estado de São Paulo e no Brasil em relação ao resto do mundo. Com isso, a preocupação com a qualidade do ensino oferecido pelas diversas IESs espalhadas pelo Estado tem aumentado. Mas o problema maior talvez não esteja na quantidade de profissionais graduados, mas na qualidade dessa formação, será que eles realmente estão preparados para o mercado de trabalho?

Por considerar o ensino muito heterogêneo entre as diferentes IESs, para Denise, uma das maiores dificuldades na formação de médicos-veterinários reside na falta de professores capacitados. Há ainda a questão da estrutura que o curso exige, como laboratórios e hospitais escola. "Enquanto a Medicina avança a passos largos com tecnologia de ponta, a Medicina Veterinária, na maioria esmagadora das instituições, continua disponibilizando pouca tecnologia para o estudante."

A vice-diretora da FMVZ-USP aponta também outra dificuldade sobre a estrutura dos cursos. "A formação generalista que seguimos seria adequada, por exemplo, se o estudante ao término do curso realizasse a residência, mas há vagas para todos aqueles que querem trabalhar nas áreas médicas? Sem dúvida alguma, não. Assim, o que acontece é que os milhares de formados generalistas não tem noção da maioria das coisas que necessitam saber de fato para serem médicos-veterinários", alerta Denise.

Para Ibanez, o professor é mais do que um transmissor de conhecimentos, é um formador de cidadãos. "Nós, professores, passamos de detentores do conhecimento a instrutores do uso desse conhecimento, porque a informação está ao alcance do indivíduo, na hora em que desejar. Agora, a seleção da informação e o uso desse conhecimento é que passam pelo professor, que deve agir como mentor. Penso que a grande preocupação no ensino da Medicina Veterinária é quem está ensinando. Com a abertura de tantos polos de ensino, não estamos tendo tempo de formar formadores. Técnicos há e muito bons, mas formar mentores demanda vivência, experiência, e não dá tempo de se ter tanta gente vivida na velocidade em que estamos abrindo vagas."

Ana Cláudia observa que em áreas como tecnologia, gestão, saúde, houve um salto em termos de desenvolvimento e inovação, mas sua percepção é que a

ACERVO PESSOAL/FERNANDO IBANEZ

Fernando Ibanez

educação não acompanhou essa evolução na mesma velocidade, afinal, ainda usa-se giz e lousa. "É necessário adaptar o processo de ensino aprendizagem ao aluno do século XXI. Acredito que a modernização das metodologias, a inserção de tecnologia, colocando o aluno como protagonista da sua aprendizagem é o caminho para melhorar a qualidade da sua formação. Mas é necessário um período de treinamento docente, os professores precisam receber preparo para lidar com essas mudanças, até porque aprendemos da forma tradicional e, portanto, é uma mudança de cultura. Acho que a maior dificuldade é a de mudar a mentalidade dos docentes, para que entendam que terão que ministrar aulas e avaliar de formas diferentes e que não estão mais no centro do processo, mas sim devem atuar como facilitadores", ressalta a coordenadora da FMU.

Sugestões dos docentes para o fortalecimento do ensino da Medicina Veterinária

- estabelecer maior capacitação de docentes para novas metodologias e múltiplos recursos de aprendizagem;
- promover a reestruturação completa do currículo;
- ampliar o estágio curricular;
- estreitar os laços entre as universidades;
- realizar fóruns de discussões de ensino e aprendizagem específicos;
- incentivar e promover atividades como iniciação científica e de extensão universitária;
- criar polos de excelência nas diversas universidades do Brasil;
- promover integração com oportunidades de treinamento;
- trocar experiências com outros docentes e coordenadores de curso;
- instituir prova de certificação aos formandos após a conclusão do curso;
- estabelecer normas mais rígidas para a criação de novos cursos;
- promover a avaliação continuada dos cursos existentes.

FREEPIK

Patrícia lembra que as instituições ainda estão se adaptando às novas diretrizes curriculares, mas percebe-se, ao longo dos anos, a necessidade da adequação do sistema educacional para uma realidade que se apresenta. "Nos últimos anos, houve a introdução de práticas alternativas e remotas do ensino, impostas pela pandemia, que modificaram os métodos de ensino de forma compulsória, porém sem a possibilidade de preparo neste formato e capacitação de docentes e alunos. Com esta realidade, pontos positivos e negativos foram evidenciados, assim como algumas mudanças para novas tecnologias foram aceleradas. O aluno não corresponde mais da mesma forma passiva a um ensino onde o professor transfere seus conhecimentos para cumprir um plano de ensino amarrado a um conteúdo, mas ainda precisa orientação para desenvolver disciplina e autonomia, construindo seu conhecimento sob outras formas", alerta a coordenadora da Unip.

Técnicas ativas de ensino *versus* aulas expositivas

Para Ana Cláudia, a aula expositiva sempre vai ser necessária, por isso, a coordenadora não acredita em substituição, mas em complementação. "Entendo que o treinamento de habilidades e a simulação trazem enormes ganhos, pois colocam o estudante em um cenário, antes de ele atuar diretamente com o tutor e o paciente ou com um produtor e seu rebanho numa fazenda, por exemplo. Isso desenvolve a competência de comunicação, empatia, todo esse preparo fornece segurança para o estudante, inclusive, em situações de emergência."

Patrícia concorda que não deva existir uma substituição e sim que ocorra uma combinação de aulas expositivas e metodologias ativas. "Logicamente, devem ser consideradas todas as possibilidades de abordagem dos conteúdos das diversas disciplinas, adequadas à realidade dos alunos. Há necessidade da busca de novas formas de transmissão e troca de conhecimentos, diferentes da posição passiva do aluno em sala de aula como sempre aconteceu. Precisamos entender a universidade como um conjunto de profissionais trabalhando unidos pela educação e tudo deve ser elaborado dentro da instituição e da sua realidade, para que os professores consigam se adaptar da melhor forma as novas técnicas, sem abrir mão da bagagem que trazem de suas experiências acadêmicas e profissionais."

"Temos diversas tecnologias e metodologias sendo aplicadas em disciplinas do curso de graduação com muito sucesso. As atividades de extensão, quando bem organizadas e sistematizadas são um elemento muitíssimo interessante para o aprendizado em substituição as aulas expositivas, assim como o modelo de ensino tutorial", enfatiza Oliveira.

Para Denise, as técnicas de ensino ativas pressupõem que o aluno simplesmente não receba todo o conhecimento assistindo a aulas teóricas em "um monólogo", há várias maneiras de ensino ativo como, por exemplo, o estudo de casos.

ARQUIVO PESSOAL/ANA CLAUDIA BALDA

Ana Claudia Balda

"Se formos refletir, a Medicina Veterinária, pela natureza de seu curso, quando ministrado de forma adequada, já faz amplo uso das técnicas ativas em aulas práticas, na discussão de casos clínicos, na solução de problemas, sendo assim, estas atividades devem ser ampliadas, o que será factível dependendo da estrutura da IES."

Além disso, o jovem atual é muito diferente do jovem dos anos 1980, 1990 e 2000, destaca Ibanez. "O processo ativo de conhecimento é muito mais atraente para o acadêmico. Games, desafios, discussões, depois de buscarem informação, são bons exemplos de formas ativas de aprendizagem."

"Acredito que as metodologias ativas vieram para ficar e dentro da Medicina Veterinária não será diferente. Para as aulas teóricas podemos, sim, utilizar alguns métodos, mas não como substituição total e sim parcial, mesmo porque o processo de ensino/aprendizagem é visto como: aluno – papel ativo; professor – mediador; e livro – fonte de consulta. O problema de todo esse processo acaba sendo o aluno que tem muita dificuldade para entender o papel que as metodologias têm de torná-lo o buscador do conhecimento. Em nossa instituição, utilizamos o método PBL – Metodologia Baseada em Problemas –, *Peer instruction*, sala de aula invertida", enfatiza Freddi Bardela, coordenador do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Ourinhos (Unifio/Ourinhos).

Atividades de extensão

A Medicina Veterinária tem vocação para a extensão, afirma Ana Cláudia, além disso, o estudante precisa devolver algo para a comunidade, precisa produzir, educar. "A extensão tem muitos vieses e, por isso, há necessidade de um preparo prévio, até porque os alunos irão enfrentar, muitas vezes, situações de vulnerabilidade que irão mexer com emoções e eles precisam estar prontos. Sendo assim, acredito que a curricularização da extensão seja um ganho enorme para o perfil profissional do médico-veterinário, mas que precisa acontecer como um processo e cada IES deve encontrar o caminho para fazer isso da melhor forma", ressalta a coordenadora da FMU.

Denise chama a atenção para o fato de que as atividades de extensão são fundamentais para o aluno estar em contato com a vida real, iniciando o exercício da profissão de forma monitorada e supervisionada. "Por exemplo, as ligas acadêmicas auxiliam neste contexto abrindo a possibilidade de participação do aluno em todas as atividades de cunho prático exercidas na IES", salienta a vice-diretora da FMVZ-USP.

Por sua vez, Ibanez destaca que a extensão acadêmica na Medicina Veterinária é muito pouco explorada, os programas de extensão, muitas vezes, requerem subsídios e isso acaba por limitar a atividade tanto dos docentes quanto dos acadêmicos nesses projetos. "Há que se clarificar que a extensão acadêmica na Medicina Veterinária não pode se restringir apenas à saúde ou prevenção. Saúde Única, desenvolvimento de novas tecnologias, biotecnologia também devem que ser incentivados."

Para Patrícia, os alunos geralmente participam muito bem destas atividades e têm a possibilidade de enriquecer os conhecimentos adquiridos nas salas de aula, entendendo a importância da profissão de médico-veterinário na qualidade de vida e da saúde dos animais e da comunidade como um todo. "Estas práticas devem ser sempre incentivadas, pois, aproximando a comunidade da universidade, propiciam uma vivência muito importante para esses futuros médicos-veterinários na valorização e entendimento da profissão", enfatiza a coordenadora da Unip.

"O conhecimento deve alcançar a comunidade, não pode ficar limitado aos muros da instituição, as pesquisas precisam chegar de forma simples e prática à população", afirma Bardela.

ADAPTADO DE FREEPIK

Iniciação científica

A oportunidade de atuar diretamente no desenvolvimento de projetos científicos faz da Iniciação Científica (IC) uma possibilidade de o aluno descobrir a importância do emprego do método científico na busca da solução de problemas que afligem a sociedade.

"Na IES, onde atuo como coordenadora, temos uma comissão que avalia os projetos submetidos sempre no início do ano. Há uma quantidade de bolsas, mas a IC também pode ser realizada de forma voluntária. Geralmente, o período mínimo é de um ano, renovável de acordo com o tema proposto e avaliação do orientador. É uma vivência importante para o aluno, mas a pesquisa é uma aptidão, vale sempre experimentar e acredito que seja inclusive útil para alguns concluírem que não é a área de escolha", ressalta Ana Cláudia.

A atuação do aluno no desenvolvimento de projetos científicos permite o incremento de suas vocações científicas e de análises críticas, maturidade, autonomia, além de aprendizado de técnicas e métodos científicos. "Fazer parte de um projeto de iniciação científica, com a possibilidade da publicação dos resultados obtidos, e perceber a importância da divulgação dos trabalhos, com a consequente participação em congressos e eventos científicos, mostra ao estudante a dimensão deste importantíssimo ramo de atuação profissional, o que, muito frequentemente, leva o graduando a se interessar por uma carreira em áreas ligadas à pesquisa e à docência", enfatiza Patrícia.

Denise lembra a importância de se ressaltar os benefícios que a IC proporciona ao graduando, como o contato mais próximo com o docente e seus asseclas, permitindo-se o convívio em um meio mais virtuoso da academia propriamente dita. "Ao participar de uma pesquisa, o estudante deve aprender as bases da escrita científica, como montar um projeto, como conduzir a pesquisa, noções de métodos estatísticos e sua importância entre tantos outros conhecimentos vinculados ao assunto em si. Essa participação do aluno é muito vantajosa em vários aspectos, pois o diferencia substancialmente, mesmo que não vá seguir a carreira de docente ou de pesquisador", afirma a vice-diretora e professora titular da FMVZ-USP.

Bardela destaca que a IC é o *start* que o aluno, muitas vezes, precisa para seguir nessa caminhada, e, posteriormente, ir para o mestrado e para o doutorado.

ACERVO PESSOAL/DENISE FANTONI

Denise Fantoni

Entretanto, Oliveira alerta que há muitas restrições das agências de fomentos no incentivo para a concessão de bolsas de estudo. E Ibanez lembra que a pesquisa precisa de subsídios e "especialmente nas escolas particulares, os acadêmicos raramente têm o estímulo do seu lado investigativo".

Atividades de monitoria

A monitoria também se faz importante por colocar o aluno em contato direto com docentes, pós-graduandos, aprofundando o conhecimento em determinado assunto. No Centro Universitário FMU, onde Ana Cláudia é coordenadora do curso de Medicina Veterinária, há um setor de monitoria, com professores focados no oferecimento de vagas e na seleção. A institucionalização do processo promove organização e clareza, além de neutralidade, principalmente no que se refere ao processo seletivo.

"Há um programa de monitoria remunerada e outro voluntário, com seleção por desempenho nas disciplinas que, como condição, o estudante precisa ter cursado. A aprendizagem denominada '*peer to peer*' é reconhecida no mundo inteiro como muito efetiva. Como esse monitor está mais próximo

ADAPTADO DE FREEPIK

do estudante, tanto em momento de estudo como na maioria das vezes em idade, ele se comunica de forma diferente do professor e o resultado é mais um recurso pedagógico, uma linguagem que facilita o processo de aprendizagem", enfatiza Ana Cláudia.

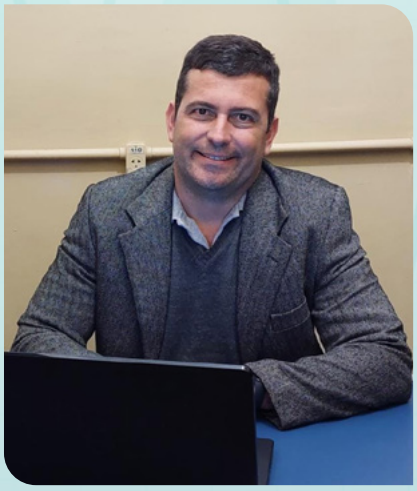
Para Patrícia, a monitoria enriquece a formação dos estudantes e aproxima alunos e professores no acompanhamento das atividades didáticas, sendo um estímulo para o interesse na área acadêmica. "Ter participado de um programa de monitoria auxilia, inclusive, no currículo do aluno egresso, indicando uma experiência inicial e o interesse para a área da docência."

Bardela ressalta que, na monitoria, esse aluno acaba sendo o facilitador para o aprendizado do colega, ele foi selecionado e pode transmitir, com orientação docente, é claro, o que aprendeu de forma mais simples, "neste caso, é aluno ensinando aluno e isso é muito importante".

Por outro lado, Ibanez destaca que as monitorias são mais buscadas pelos alunos da graduação quando comparadas a extensão e iniciação, mas eles precisam entender que a responsabilidade de serem monitores vai além das horas de atividades complementares que vão acumular. "Os professores também precisam se conscientizar e delegar funções e responsabilidades aos seus monitores."

Interação empresa/escola

Um excelente caminho para inserir o estudante no mercado de trabalho, os projetos de interação empresa/escola proporcionam experiências não só no trabalho em si, mas também na formulação de currículos, processo seletivo e, principalmente, em entrevistas. "Na FMU, temos um setor de carreiras que auxilia o estudante nessas demandas e também faz a ponte da empresa com a escola. Isso permite que o estudante encontre oportunidades na área desejada. Eles promovem *lives* durante o semestre para oferecer dicas de como desenvolver competências gerais, no que o estudante pode focar em suas respectivas áreas, além de trazerem profissionais renomados para falar sobre o início de suas carreiras", esclarece Ana Cláudia.


ARQUIVO PESSOAL/JÚLIO ISRAEL FERNANDES

Júlio Israel Fernandes

As empresas podem contribuir muito ofertando bolsas de estudo à semelhança das instituições governamentais. Denise ressalta que as vantagens são as mesmas e colocam o estudante em contato direto com produtos e serviços com os quais poderá se envolver num futuro próximo, além de abrir a oportunidade de trabalho. "Já tivemos vários alunos que participaram de projetos desta natureza e que seguiram carreira na empresa com a qual trabalharam na graduação", argumenta a vice-diretora da FMVZ-USP.

Bardela lembra, ainda, que as empresas têm muito subsídio financeiro e a faculdade tem mão de obra, que são os alunos e os docentes, para pesquisa. "Essa interação acaba sendo interessante, principalmente, na validação de produtos."

Por sua vez, Ibanez concorda e considera fantástico que a indústria se conecte com a escola, afinal pesquisas podem virar produtos. "Sou 100% favorável a projetos que integram indústria e escola, pois as possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e pessoal são inúmeras."

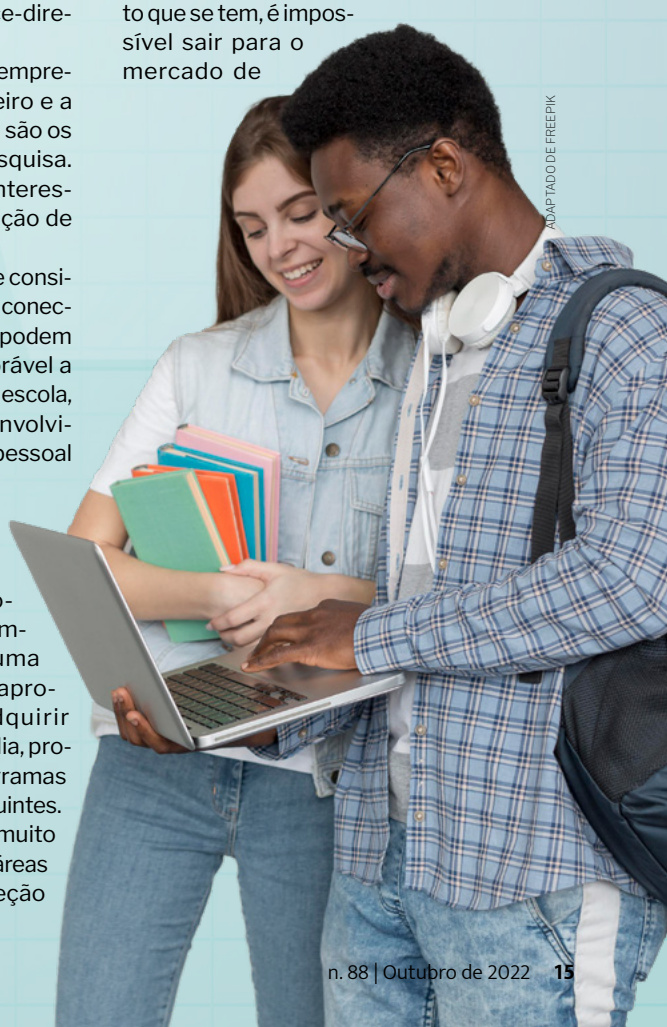
Residência

Como forma de aperfeiçoamento da formação dos recém-graduados, a residência é uma excelente oportunidade para aprofundar conhecimento e adquirir prática. Mas, segundo Ana Cláudia, proporcionalmente, há poucos programas comparados ao número de concluintes. "Além disso, os programas têm muito foco em clínica e cirurgia, mas as áreas de Medicina Preventiva e Inspeção ainda têm programas restritos. Pensando no Brasil como um país no qual a pecuária e a produção de alimentos é tão importante, talvez a ampliação de programas nessas áreas possa ajudar os estudantes tanto a considerarem mais essas áreas de atuação, quanto vivenciarem mais experiências", afirma a coordenadora da FMU.

ACERVO PESSOAL/PATRÍCIA BORELLI

Patrícia Borelli

Denise concorda que seja fundamental para todas as áreas médicas e que, atualmente, com o nível de conhecimento que se tem, é impossível sair para o mercado de


ADAPTADO DE FREEPIK

ACERVO PESSOAL / ROBERTO HOFFMANN

Roberto Hoffmann

trabalho sem a residência, "um treinamento longo e repetitivo em serviço assistido, que permita a vivência de casos corriqueiros e inusitados, e possibilite que o aprendizado ocorra de forma definitiva e correta".

Para Ibanez, a residência deveria ser obrigatória. "A vivência e o treinamento supervisionado são essenciais para que o profissional egresso desenvolva habilidades mínimas necessárias para o mercado de trabalho".

Bardela concorda com a necessidade da obrigatoriedade e acredita que a residência coloca o aluno muitos anos à frente na curva de aprendizagem em relação ao que não fez. "Seria muito bom se fosse obrigatório para algumas áreas como a Patologia, a Clínica, a Cirurgia, enfim, áreas diagnósticas em geral."

Oliveira ressalta que a residência como complementação da formação e treinamento deve ser cada vez mais ampliada. "Este é um caminho certo para o melhor desenvolvimento do profissional na Medicina Veterinária e deve ter formas legais de reconhecimento para os especialistas. As especialidades médicas e cirúrgicas são as áreas mais demandadas atualmente", afirma o professor e responsável pelo Laboratório de Medicina de Suínos da Unesp-Jaboticabal.

"Não há possibilidade melhor na formação do que essa em que o recém-graduado ainda se encontra inserido em um programa com assistência de professores e/ou supervisores médicos-veterinários, porém com inserção na realidade profissional e em contato com condutas relacionadas aos pacientes e tutores. Assim, ele reconhece a importância da profissão na saúde dos animais e na saúde pública, em um ambiente de estudos e aprendizado junto à comunidade acadêmica e todo conhecimento e desenvolvimento que isso implica", ressalta Patrícia.

A coordenadora da Unip destaca que a oferta é muito reduzida para programas de residência ou mesmo de aprimoramento profissional. "Todas as áreas da Medicina Veterinária que possam ser desenvolvidas em parte ou totalmente dentro da clínica veterinária de uma faculdade com boa casuística são muito interessantes para o desenvolvimento destes programas, como clínica médica e cirúrgica de animais domésticos de pequeno ou grande porte; clínica médica e cirúrgica de animais silvestres e exóticos; anestesiologia; e patologia clínica."

Complementação e aprofundamento da formação

A realização de cursos de especialização, pós-graduação *lato sensu*, para a complementação e aprofundamento da formação de profissionais graduados é essencial, segundo Ana Cláudia. "Não é mais possível, levando em conta a quantidade e variedade de informações e áreas de atuação na Medicina Veterinária, que se aprenda tudo na graduação, até porque nosso curso é generalista. Mas se pensarmos, por exemplo, nas áreas específicas e na tendência das especializações, há uma necessidade de complementação da formação. O médico-veterinário precisa avaliar e ter consciência da qualidade de determinado curso, pois a ideia não é só que ele tenha um certificado, mas sim conhecimento para que possa adquirir maior qualificação na área de escolha."

"O crescimento dos conhecimentos nas diversas áreas da Medicina Veterinária faz com que seja cada

ADAPTADO DE FREEPIK

vez mais necessário que o profissional, assim que se forma, seja inclinado a realizar um aprofundamento em sua área de escolha. Os cursos de especialização *lato sensu* podem oferecer este aprofundamento, fazendo com que o profissional seja direcionado a aumentar seus conhecimentos nos assuntos importantes e fundamentais para sua especialidade ou mesmo como complementação de seus conhecimentos. É uma forma de direcionar seus estudos para chegar a uma maior eficiência em sua atuação profissional", enfatiza Patrícia.

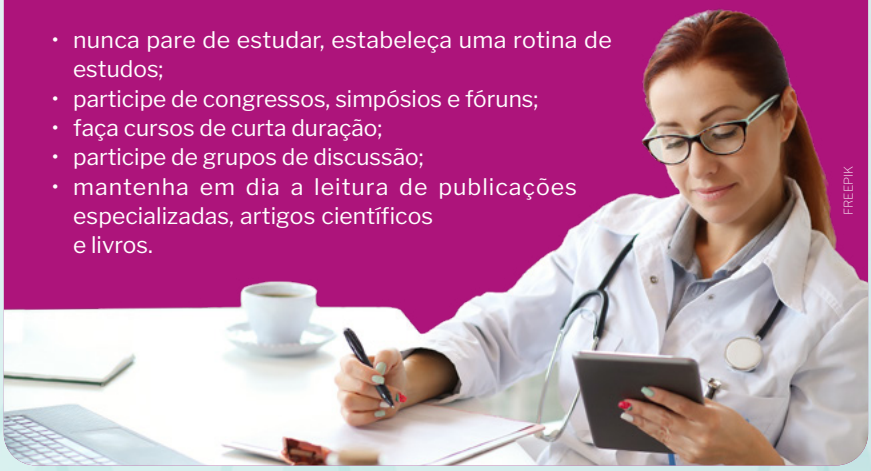
Denise concorda com a importância da complementação, mas alerta para o fato de que o profissional deve se especializar na área em que pretende trabalhar de forma mais correta, entretanto, de nada adiantam cursos, se ele não tiver a base para compreender o que está sendo ministrado.

Por outro lado, Bardela ressalta que muitos cursos de especialização entregam conteúdos e conhecimento aquém do desejado, com poucos encontros e parte prática com carga horária mínima.

Educação continuada

Assim como em qualquer área, a atualização profissional do médico-veterinário deve ser uma ação contínua e, inclusive, uma condição para que se mantenha no mercado de trabalho. Além de cursos de aprimoramento, residência, e pós-graduação, os docentes dão dicas para o recém-formado se manter atualizado:

- nunca pare de estudar, estabeleça uma rotina de estudos;
- participe de congressos, simpósios e fóruns;
- faça cursos de curta duração;
- participe de grupos de discussão;
- mantenha em dia a leitura de publicações especializadas, artigos científicos e livros.


FREEPIK

CRMV-SP e IESs

A aproximação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) com as Instituições de Ensino Superior (IESs) do estado é fundamental, segundo Denise, pois, à medida que a autarquia conhece mais a fundo os problemas e desafios das IESs, ela pode contribuir para com a busca de soluções. "Pode, ainda, determinar mudanças e fazer sugestões a nível federal de adequações necessárias e obrigatórias para que o ensino possa ser, de alguma forma, mais homogêneo entre as diversas IESs e mais adequado ao momento atual da ciência", salienta a vice-diretora da FMVZ-USP.

Para Ana Cláudia, a educação transforma e, com certeza, a proximidade do CRMV-SP – órgão que regulamenta a profissão –, das instituições que formam o profissional, também é uma maneira de aprendizagem para todos. "Recebi a visita da Comissão de Educação pouco antes do início do primeiro semestre e foi uma troca de ideias e experiências que nos trouxe bastante apoio. Em seguida, houve o encontro (I Encontro de Coordenadores de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo) que trouxe muito conhecimento e novas estratégias de ensino, bem como compartilhamento de dificuldades, o que só vem a somar, porque assim podemos encontrar soluções juntos", enfatiza a coordenadora da FMU.

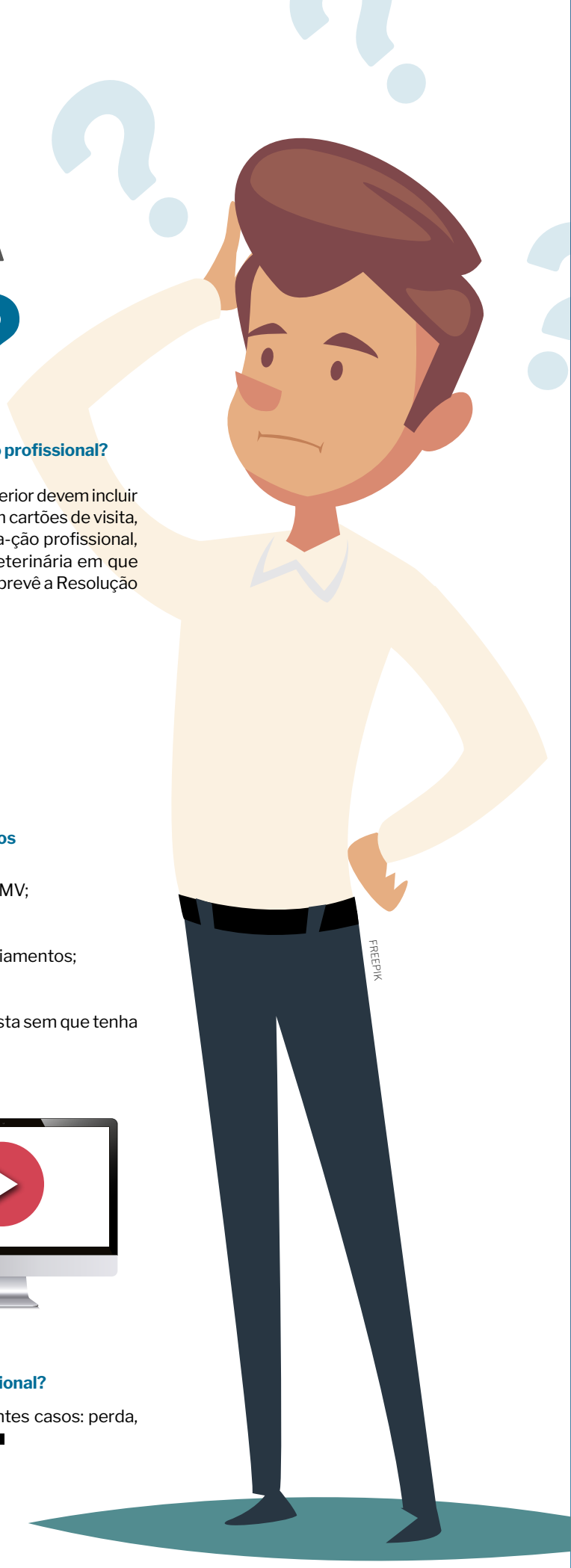
Ibanez considera essa aproximação uma estratégia interessante para mostrar aos profissionais, que serão futuramente fiscalizados, que o Conselho não é apenas um órgão punitivo, mas que deseja o crescimento da profissão e sua integração com a sociedade. "É um desafio, mas vejo com excelentes olhos", afirma o professor de clínica cirúrgica da Anclivepa/SP.

Oliveira destaca a necessidade de o CRMV-SP estar mais presente nas instituições, ouvir os docentes, dialogar com os coordenadores de curso, sugerir currículos de excelência, criar fóruns de debates com a presença de representantes das diversas instituições de ensino da Medicina Veterinária no estado de São Paulo. "São muitas as demandas e sugestões frente ao enorme desafio que temos com a pulverização do ensino, o Conselho tem que estar atuante nesta temática, ter o protagonismo na interlocução entre o Ministério da Educação (MEC) e instituições de ensino, pois de fato é a entidade que representa os profissionais e, com certeza, prioriza uma formação do mais alto nível", afirma o professor da Unesp-Jaboticabal.

"O que espero é que o Conselho esteja cada vez mais próximo de nós. A Comissão de Educação do CRMV-SP nos visitou há pouco tempo, estou na vida acadêmica há 12 anos, e nossa instituição nunca foi visitada antes. Esse contato é o que sempre faltou, sentar para tomar um café, estar presente e assim discutirmos o futuro do ensino em nosso País e, principalmente, o ensino da Medicina Veterinária", ressalta Bardela, coordenador da Unifio/Ourinhos.

Patrícia vê o interesse do Conselho em se colocar mais próximo dos médicos-veterinários com muita satisfação. "Percebo um interesse maior em ajudar a nortear o ensino, fazer com que haja uma unidade dos diferentes cursos do estado de São Paulo e estimular um auxílio mútuo para a valorização da profissão e dos profissionais ligados à educação. A interação dos cursos, intermediada pela Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, permite a troca de experiências e será sempre fundamental para construir um ensino melhor, ajudando a colocar a Medicina Veterinária no importante papel que ela deve desempenhar junto às outras profissões da área da saúde", conclui a coordenadora da Unip. ■

QUAL A SUA **DÚVIDA?**



1 - Quais informações devem constar da identificação do carimbo profissional?

Médicos-veterinários e zootecnistas em atividade no Brasil ou exterior devem incluir abaixo da assinatura, em todos os atos profissionais, assim como em cartões de visita, publicações técnicas e em quaisquer outros veículos de apresenta-ção profissional, inclusive carimbos, a sigla do Conselho Regional de Medicina Veterinária em que estiverem inscritos, seguida do número de sua inscrição, conforme prevê a Resolução CFMV nº 1.041/2013:

I – médico-veterinário
(inscrição principal): CRMV-___ (Estado) nº 00001
(inscrição secundária): CRMV-___ (Estado) nº 00002 "S"

II - zootecnista
(inscrição principal): CRMV-___ (Estado) nº 00001/Z
(inscrição secundária): CRMV-___ (Estado) nº 00002/Z "S"

2 - O que deve constar em placas indicativas de estabelecimentos médicos-veterinários, anúncios e impressos?

- ✔ nome do profissional, profissão e número de inscrição no CRMV;
- ✔ especialidades reconhecidas pelo Sistema CFMV/CRMVs;
- ✔ título de formação acadêmica mais relevante;
- ✔ endereço, telefone, horário de trabalho, convênios e credenciamentos;
- ✔ serviços oferecidos.

Atenção: É vedado ao médico-veterinário anunciar-se especialista sem que tenha o título devidamente registrado no Sistema CFMV/CRMVs.

3 - Como fazer um requerimento de denúncia ética?

Acesse os Serviços On-line da plataforma SIG CRMV-SP (https://crmv-sp.implanta.net.br/ServicosOnline/Publico/Denuncias/). Entre com seu login e senha e busque a aba "Requerimento" na lateral esquerda da tela. Na sequência, clique em "Requerimento – Denúncia Ética" e siga as orientações do sistema para formalização da denúncia. Assista ao tutorial clicando no símbolo de *play* ao lado.

4 - Quando solicitar segunda via da cédula de identidade profissional?

A 2ª via da cédula profissional deverá ser solicitada nos seguintes casos: perda, roubo, alteração do nome do profissional ou danos ao documento. ■

CRMV-SP: UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO DA MEDICINA VETERINÁRIA

ACERVO CRMV-SP

Fábio Manhoso,
vice-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), presidente da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP e coordenador do curso de Medicina Veterinária da Universidade de Marília (Unimar).

Desde o primeiro momento de sua gestão, nosso presidente, Dr. Odemilson Donizete Mossero, demonstrou interesse na aproximação do Conselho junto aos cursos de Medicina Veterinária do estado de São Paulo, buscando, com isso, fortalecimento do ensino e uma participação maior nas ações de interação com os gestores e coordenadores, dando-me a responsabilidade e a honra de presidir a Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP.

Com essa incumbência, construímos uma comissão representativa, da qual temos representantes de universidades públicas estaduais e municipais, bem como privadas, em um total de sete membros, todos doutores e com conhecimento de gestão, inclusive alguns na função de coordenadores de curso, mas acima de tudo, com consistente e relevante bagagem técnica pedagógica. A partir daí, nossa Comissão começou a definir sua linha de trabalho e elegemos, dentro desse processo de aproximação, as visitas às faculdades, para estreitarmos o elo entre Conselho e entidades de ensino.

Nesse primeiro ano de gestão, já realizamos 23 visitas às faculdades de Medicina Veterinária, e, em abril deste ano, organizamos o I Encontro de Coordenadores de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, com representantes de 56 cursos. Um evento muito importante, com o grande objetivo de ouvir e perceber as necessidades e anseios dos coordenadores.

Durante o evento, lançamos, ainda, o projeto "Melhor Escolha", que leva, de forma cuidadosa e criteriosa, o estudante do Ensino Médio, que pretende ingressar em um curso de Medicina Veterinária, a escolher um bom curso. Com o apoio da Coordenadoria de Comunicação do Conselho, nossa Comissão construiu o projeto a ser compartilhado nas mídias e nas redes sociais, além de um vídeo institucional com o protagonismo do nosso embaixador, Dr. Alexandre Rossi, membro da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do CRMV-SP.

Ainda sobre o "Melhor Escolha", a Comissão teve a alegria em poder compartilhá-lo numa apresentação oral, no Fórum de Educação Veterinária, realizado em Santigo no Chile, promovido pela Associação Pan-americana de Faculdades de Medicina Veterinária, mas também aproveitando do importante momento para realizar duas visitas técnicas a instituições locais: a Universidade do Chile, instituição pública de referência mundial e a Pontifícia Universidade Católica, instituição privada, extremamente renomada, cujo curso de Medicina Veterinária, ainda bastante jovem e criado há apenas três anos, já demonstra seu potencial.

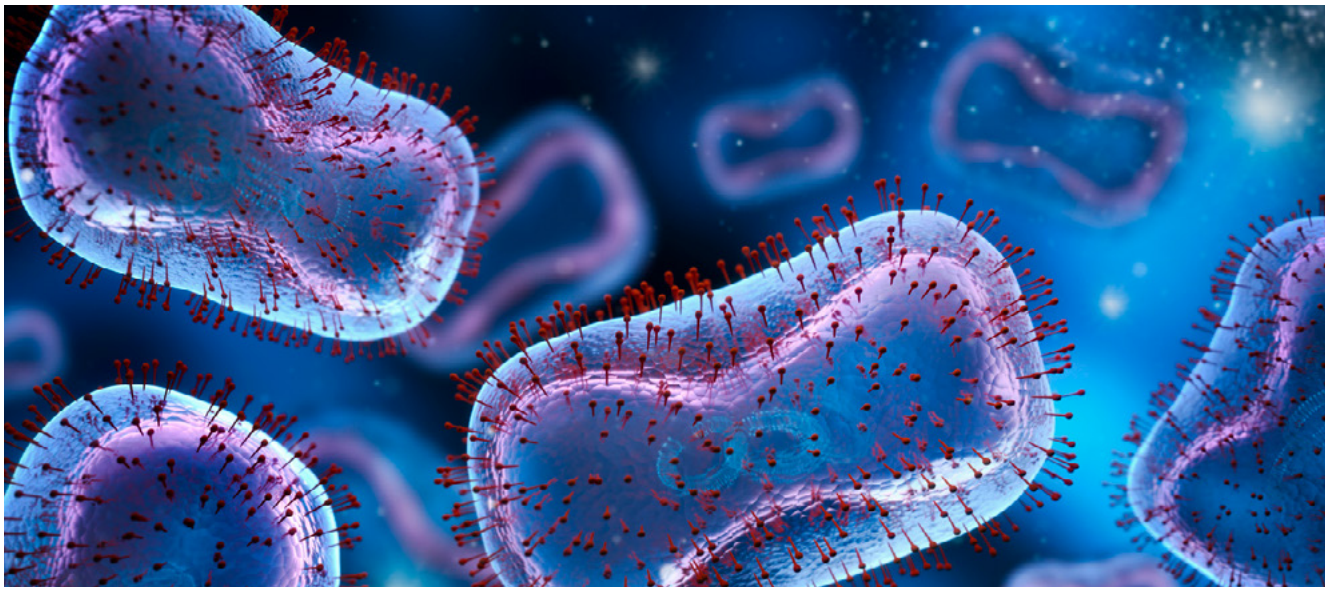
Essas ações, sempre com o aval da diretoria, representam uma inovação de gestão junto ao CRMV-SP, que por meio de sua Comissão Técnica de Educação, busca formas ativas e qualitativas na construção de um tema tão importante e vital para a melhor Medicina Veterinária que tanto almejamos, ou seja, o ensino. Com isso, as ideias convergem para um programa de certificação de cursos de Medicina Veterinária no estado de São Paulo, que visa justamente dar aos que atenderem à resolução que será proposta brevemente, uma certificação, baseada num selo – ouro, prata ou bronze, denotando à sociedade que aquele determinado curso atende não só as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), mas também às exigências do CRMV-SP.

Tudo o que estamos construindo tem o objetivo de trazer novas perspectivas, fortalecer o alicerce que é o ensino e, consequentemente, dar à nossa profissão o valor que ela tanto merece. Contudo, reforço que sozinhos o caminho ficará mais difícil e, portanto, convido os amigos coordenadores de curso, gestores e docentes das instituições para que abracem esse momento e participem conosco desse projeto único que está sendo criado.

Muito se criticou, no passado, o distanciamento do Conselho do tema ensino, mas ações sempre foram realizadas da melhor forma para aquele momento. Hoje, a dinâmica do sistema vem com outro olhar, um olhar para frente e para o futuro, com ações no presente e, a atual diretoria, por meio do presidente, traz para si essa responsabilidade de uma forma harmoniosa, com um pensar ousado e moderno, que valoriza a participação de todos. Acredito que, dessa forma, todos os cursos de Medicina Veterinária do estado de São Paulo possam se sentir acolhidos e devidamente representados, aceitando nosso convite para que juntos possamos escrever uma nova história para o ensino da Medicina Veterinária paulista, ganhando, assim, toda a classe e, principalmente, a sociedade. ■

CARTILHA SOBRE MONKEYPOX EM ANIMAIS ESTÁ DISPONÍVEL PARA ACESSO

Material foi desenvolvido pelo MCTI com colaboração do CRMV-SP



ISTOCK PETERSCHREIBER MEDIA

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), lançou a cartilha Monkeypox em Animais. O documento traz informações sobre os procedimentos para atuação frente a possíveis casos de Monkeypox (também conhecida como Varíola dos Macacos ou Varíola Símia) em animais.

A cartilha Monkeypox em Animais foi organizada por seis pesquisadores das universidades de São Paulo (USP), Feevale e Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da RedeVírus MCTI, por meio da Rede Nacional de Vigilância de Vírus em Animais Silvestres (Previr) e da Câmara Técnica Temporária CâmaraPox MCTI, elaborada em conjunto com o CRMV-SP e com apoio da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV).

Disponibilizado por meio do Informe Técnico - CâmaraPox/RedeVírus MCTI – nº 05/2022, o material reúne informações para os médicos-veterinários quanto à identificação da doença em animais, laboratórios de apoio da rede Previr-MCTI para encaminhamento de material para diagnóstico, prevenção e padronização da notificação dos casos suspeitos às equipes de saúde.

Durante o webinário de lançamento, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim, agradeceu a cooperação das instituições envolvidas na criação da cartilha e enfatizou a importância da comunicação assertiva para a orientação da população. “Trabalhar em redes traz inúmeros benefícios, pois alcança um número grande de pessoas, algo fundamental quando se trata de serviços públicos. Agradecemos o CRMV-SP por estar conosco neste trabalho e pela rápida construção desta parceria”, afirmou.

Quando o assunto é zoonoses, como é o caso da Monkeypox, a atuação do médico-veterinário é fundamental, uma vez que este é o profissional responsável por garantir a integração entre a saúde animal, humana e ambiental, tripé do conceito da Saúde Única. “As doenças transmitidas entre pessoas e animais é hoje a grande demanda da área da Saúde, por isso, a atuação interdisciplinar é indispensável. Projetos como este nos mostram que estamos no caminho certo”, enfatizou o secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros, representando o Ministério da Saúde.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, falou sobre a relevância e qualidade do material produzido. “A cartilha traz informações importantes para a classe médica-veterinária e certamente auxiliará os profissionais que atuam na linha de frente com a doença. Juntamente com o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) trabalharemos para que a cartilha chegue aos 27 regionais. A orientação profissional reflete na qualidade do serviço prestado à sociedade”, disse.

Casos confirmados

Desde agosto, quando o primeiro caso em animais de Monkeypox (MPX) foi confirmado no País em um cachorro na região de Juiz de Fora (MG), a saúde pública está em alerta com a transmissão da doença de seres humanos para animais. Outro caso similar já havia sido relatado na França, fazendo com que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (em inglês Centers for Disease Control and Prevention – CDC) dos Estados Unidos incluísse cães e gatos na lista de espécies que podem ser infectadas.

O cão, que teve contato com seu tutor diagnosticado com o vírus, apresentou sintomas como prurido (coceira), lesões e crostas no dorso e pescoço. Em Paris, na França, também foi descrita a transmissão para um cão que apresentou lesões mucocutâneas, incluindo pústulas no abdômen e pequena ulceração na região anal, 12 dias após o aparecimento das lesões de seus tutores.

Espécies suscetíveis

Os vírus do gênero Orthopoxvirus, ao qual o Monkeypox pertence, são capazes de infectar uma ampla gama de hospedeiros mamíferos, incluindo macacos, tamanduás, ouriços, cães-da-pradaria, esquilos, musaranhos e cães, sem se descartar a susceptibilidade de outras espécies como répteis, aves e anfíbios, enfatiza a médica-veterinária Helena Lage Ferreira, docente da Universidade de São Paulo (USP), primeira-secretária da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV), uma das coordenadoras da Rede Nacional de Vigilância de Vírus (Previr-MCTI) e uma das autoras da cartilha Monkeypox em Animais, escrita em parceira com outros cinco profissionais da área da Saúde.

Anne Pierre Helzel, assessora técnica médica-veterinária do CRMV-SP reforça o cuidado com os animais silvestres, visto que, nestes casos, a erradicação é dificultada. "É muito custoso que sejam tomadas medidas eficientes para que o resultado seja alcançado. Por isso, médicos-veterinários devem ficar atentos quanto ao manejo destes animais."

Sinais de infecção

A transmissão ocorre por contato direto ou indireto com o paciente (humano ou animal infectado), através do sangue, fluídos corpóreos, ou contato com as lesões (vesículas, bolhas ou pústulas). "No geral, elas se revelam em áreas com menos pelos, como o abdome ventral", explica Carlos Eduardo Larsson, conselheiro do CRMV-SP e presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia Veterinária (SBDV).

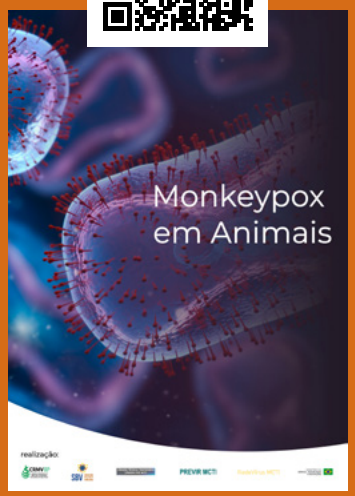
De acordo com o médico-veterinário, a maior dificuldade relativa ao tempo de surgimento das lesões e sua observação é pelo fato da pele do animal ser mais fina em relação à do homem, ou seja, elas rompem-se facilmente, de forma espontânea ou quando o animal se coça. "Vale ressaltar que lesões similares surgem também em decorrência de queimaduras, por ação de toxinas ou por outras infecções virais (cinomose, aftosa) ou bacterianas, como foliculites, que são extremamente comuns", alerta Larsson.

Macacos são vítimas

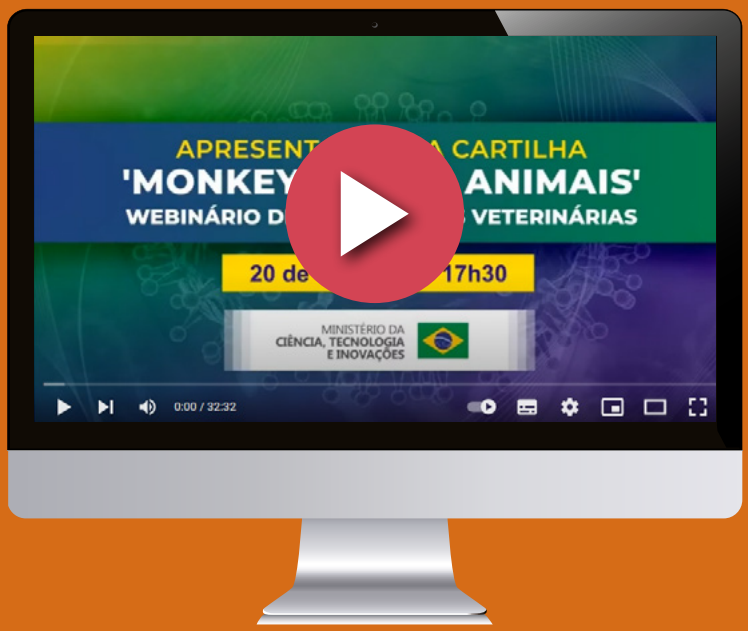
O vírus Monkeypox (hMPXV) foi descoberto em 1958 e teve origem em roedores silvestres e esquilos no continente africano. No entanto, os primeiros casos notificados da doença foram em macacos, o que levou à denominação da doença. Apesar da nomenclatura, o atual surto não tem a participação dos animais na transmissão para seres humanos.

A presidente da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do CRMV-SP, Cristiane Pizzutto, reforça que os macacos, em especial da fauna nativa, são tão vítimas quanto os humanos, pois podem ser infectados ao acaso. "Eles têm um papel importante de sentinelas, alertando os humanos sobre o avanço da doença", explica a médica-veterinária, que atua com comportamento de primatas. ■

Confira a cartilha, acessando o link:
https://crmvsp.gov.br/3d-flip-book/cartilha-monkeypox-em-animais/



Acesse o webinário de lançamento da cartilha:
https://www.youtube.com/watch?v=_2xcZokfi-E



TRANSPARÊNCIA É IMPRESCINDÍVEL NA RELAÇÃO ENTRE MÉDICO-VETERINÁRIO E TUTOR

A inobservância do dever de informação na atividade gera quebra da relação de confiança entre profissionais e clientes

A presença dos animais de companhia, considerados membros da família, nos lares brasileiros tem aumentado cada vez mais, assim como a judicialização da Medicina Veterinária. Sendo o direito dos animais respaldado na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.615/1998) e a relação entre médico-veterinário e tutor regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, é preciso atenção especial às informações prestadas e à documentação da rotina clínica.

Uma série de questionamentos surge na hora de pensar em abrir o negócio: onde será o consultório, quais serviços prestar, se terá sócio ou parceiros, como montar a equipe, como atrair e manter os clientes, quanto cobrar, como se diferenciar e quais habilidades é preciso desenvolver para ter sucesso no empreendimento?

A presença dos animais de companhia, considerados membros da família, nos lares brasileiros tem aumentado cada vez mais, assim como a judicialização da Medicina Veterinária. Sendo o direito dos animais respaldado na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.615/1998) e a relação entre médico-veterinário e tutor regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, é preciso atenção especial às informações prestadas e à documentação da rotina clínica.

Marcos Antonio Alves, assessor jurídico do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo (CRMV-SP) ressalta que, em razão das duas legislações mencionadas, na atualidade, está sendo apresentado um número crescente de judicializações no âmbito do direito civil, por parte dos tutores, por serviço médico-veterinário supostamente prestado de forma insatisfatória e há também várias denúncias, no âmbito do direito penal, de crimes de maus-tratos praticados pelos profissionais em relação aos animais.

"Não raro, as ações cíveis e/ou penais dão ensejo, também, à instauração de processo ético-profissional perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária. Pela análise dos processos, encaminhados ao CRMV-SP, percebe-se que a maior dificuldade do profissional médico-veterinário, no trato com o tutor, está no campo da informação, melhor dizendo, na ausência de uma informação clara e real da situação do animal", ressalta Alves.

Ou seja, informação e transparência são imprescindíveis na relação estabelecida entre médico-veterinário e cliente. "Na rotina diária de trabalho em clínicas e hospitais veterinários, as limitações observadas na área da informação estão diretamente relacionadas à carência de conhecimento sobre o tema. O médico-veterinário não foi apresentado ao assunto na sua formação e, por esse motivo, não sabe bem como cumprir com seu dever na prática", pondera a advogada Renata Arruda, atuante na prevenção jurídica aplicada ao médico-veterinário, especialista em Direito da Medicina, em Direito Médico, em Direito Civil e Processual Civil e em Direito Processual.

Para a advogada, a inobservância do dever de informação na atividade gera quebra da relação de confiança entre profissionais e clientes e pode ocasionar condenação, mesmo que, no caso concreto, o profissional não tenha errado tecnicamente. "O médico-veterinário não sabe que esclarecer sobre os riscos, benefícios, e eventuais complicações, bem como estimativa de custos e valores, é um direito do cliente. Não é uma liberalidade, é dever do profissional; previsto no Código de Defesa do Consumidor e no Código de Ética do Médico-veterinário", enfatiza Renata.

ACERVO PESSOAL/RENATA ARRUDA

Renata Arruda

Riscos e problemas que podem ser evitados

Muitas vezes, pelo fato de não ter formação jurídica, a falta de conscientização do médico-veterinário sobre a responsabilidade civil e ética que a atividade pressupõe pode acarretar problemas. "O maior risco, na minha visão, é o profissional qualificado, tecnicamente competente, muitas vezes renomado em sua área ou região, sendo submetido a uma demanda ética e/ou judicial, com possibilidade de condenação. A ausência de conscientização é um fator de alto risco jurídico e ético, pois o fato de ser bom no que realiza não é suficiente para impedir que o profissional não venha a ser submetido a processos", afirma Renata.

Segundo a advogada, os maiores problemas, muitas vezes, evitáveis são pertinentes à responsabilidade civil e ética do médico-veterinário e da empresa, referentes a

implicações jurídicas e éticas do uso de prontuário e sobre o dever de informação e sua materialização nos termos de consentimento, de responsabilidade e contratos de prestação de serviços.

Como se proteger para não vir a ser submetido a processos judiciais e éticos

O primeiro passo, segundo Alves, é ter um bom relacionamento com o tutor do animal, passando sempre as orientações e diagnósticos de forma clara e precisa, sempre contando com o consentimento formal do tutor para a realização dos procedimentos médicos-veterinários.

"Nesse ponto, merece destaque o correto preenchimento do prontuário médico do animal. Pois um prontuário adequadamente preenchido é fundamental para a eventual defesa do profissional médico-veterinário, em qualquer esfera e, inclusive, perante o CRMV", explica o assessor jurídico.

Para Renata, o preenchimento inadequado do prontuário é hoje a maior queixa dos gestores sobre as suas equipes e um dos principais problemas no que tange à instrução da defesa dos médicos-veterinários e dos estabelecimentos veterinários. "A inadequação ou ausência de preenchimento pode representar a condenação de um excelente profissional. Isso porque, sem conseguir evidenciar o que efetivamente ocorreu diante do caso concreto questionado, há claro prejuízo probatório no processo, podendo ser a conclusão do magistrado ou do Conselho bastante desfavorável para o médico-veterinário", salienta.

A advogada ressalta que a principal falha é a ausência de preenchimento do prontuário, seguida do registro com rasuras, corretivos, espaços em branco, uso inadequado de siglas, expressões ofensivas sobre o cliente ou animal, erros grosseiros ortográficos, sistemas que não garantem a integridade, segurança e confidencialidade das informações, entre outras.

Termo de consentimento

A informação é a chave para o bom relacionamento, portanto, é preciso que o médico-veterinário tenha clareza ao relatar a situação do animal ao tutor para que o termo de consentimento seja efetivamente válido.

Renata alerta que o médico-veterinário precisa conhecer a importância do estabelecimento de um processo de consentimento que advém do relacionamento, das informações passadas em consulta, do resultado de exames, dos esclarecimentos sobre custos e benefícios, da exposição dos possíveis riscos e complicações, não bastando que o cliente apenas assine um termo.

"É imprescindível que sejam observadas as características individuais do caso concreto, bem como as peculiaridades do cliente, para que este, como responsável pelo animal, diante de informações claras, precisas e ostensivas passadas pelo médico-veterinário, possa então decidir e, posteriormente, materializar o seu consentimento em um documento bem elaborado", enfatiza a advogada.

Prevenção jurídica

Embora novidade para muitos, segundo Renata, a prevenção jurídica não tem o objetivo apenas de evitar processos. Esse é um ganho secundário. As chances de desgaste com demandas judiciais e éticas só são minimizadas quando qualidade e excelência no serviço prestado já se instauraram.

"Uma equipe consciente da responsabilidade de seus próprios atos, estabelecimentos cientes de seu ônus na escolha e treinamento de seus prepostos, profissionais zelosos no que tange ao preenchimento adequado do prontuário e médicos-veterinários que estabelecem comunicação efetiva com cliente, com entrega de documentos que traduzam a informação, sem dúvida nenhuma, é o maior benefício, direto e preventivo, para Medicina Veterinária", conclui a advogada. ■

O assessor jurídico do CRMV-SP recomenda aos profissionais médicos-veterinários a leitura constante do Código de Ética do Médico-veterinário, **Resolução CFMV nº 1.138/2016**, e atenção especial aos seguintes artigos:

CAPÍTULO II

Dos deveres

Art. 6º São deveres do médico-veterinário:

X - informar a abrangência, limites e riscos de suas prescrições e ações profissionais.

CAPÍTULO IV

Do comportamento

Art. 8º É vedado ao médico-veterinário:

IX - deixar de elaborar prontuário e relatório médico-veterinário para casos individuais e de rebanho, respectivamente;

XI - deixar de fornecer ao cliente, quando solicitado, laudo médico-veterinário, relatório, prontuário, atestado, certificado, resultados de exames complementares, bem como deixar de dar explicações necessárias à sua compreensão;

XII – praticar qualquer ato que possa influenciar desfavoravelmente sobre a vontade do cliente e que venha a contribuir para o desprestígio da profissão.

CAPÍTULO V

Da responsabilidade profissional

Art. 9º O médico-veterinário será responsabilizado pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente pelas infrações éticas e ações que venham a causar dano ao paciente ou ao cliente e, principalmente:

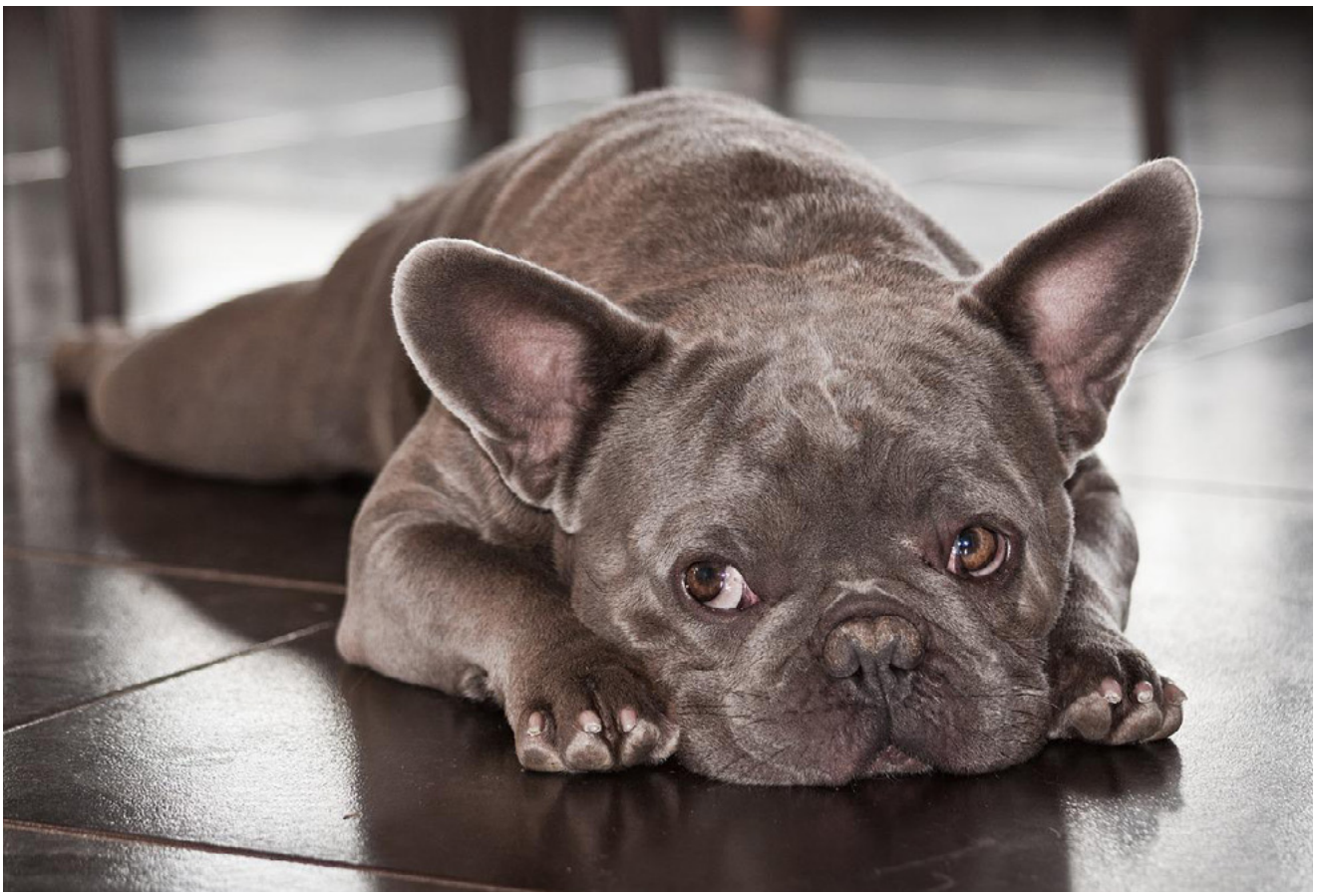
IV - deixar de esclarecer ao cliente sobre as consequências socioeconômicas, ambientais e de saúde pública, provenientes das enfermidades de seus pacientes;

Serviço – Acesse a íntegra do Código de Ética Profissional do Médico-veterinário no link:

http://ts.cfmv.gov.br/manual/arquivos/resolucao/1138.pdf

CRMV-SP ORIENTA CONDUTA A SER ADOTADA QUANTO A PETISCOS CONTAMINADOS

Sobe para 54 o número de cães mortos com indícios de intoxicação após ingerir produtos. Saiba como identificar e agir em casos suspeitos ou óbito



PIXABAY

Visando orientar tutores e médicos-veterinários, profissionais da Coordenadoria Técnica Médica-veterinária e das Comissões Técnicas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) detalham a conduta a ser adotada em casos suspeitos de intoxicação após ingestão pelos animais de petiscos supostamente contaminados pela substância etilenoglicol ou monoetilenoglicol.

De acordo com a assessora técnica médica-veterinária do CRMV-SP, Anne Pierre Helzel, trata-se de um composto químico comumente utilizado como anticongelante, presente em produtos automotivos e em refrigeradores, que em sua forma pura costuma atrair animais por conta de seu sabor doce.

"O etilenoglicol provoca uma intoxicação aguda, pois o corpo, humano ou animal, não consegue lidar de forma adequada com a substância, por isso ela é absorvida e, durante a tentativa de metabolização, há a produção de danos que podem ser permanentes. É importante que os tutores, portanto, fiquem atentos aos sintomas e procurem orientação médica-veterinária com urgência", explica Anne, destacando que a evolução da intoxicação passa por três fases.

Integrante da Comissão Técnica de Pesquisa Clínica do CRMV-SP e especializada em Patologia e Toxicologia Animal, a médica-veterinária Silvana Gorniak detalha que a primeira fase da intoxicação ocorre entre uma e três horas após a ingestão do produto contaminado e é caracterizada por sintomas de "embriaguez", em que o animal apresenta um andar cambaleante.

Silvana afirma que passada esta fase, a partir de cerca de quatro horas após a ingestão, o animal apresentará um quadro de depressão. "Ele ficará amuado, com

dificuldade de caminhar, deprimido e, por vezes, agressivo. Esta fase afeta o sistema nervoso central, tendo como sintomas também a queda da temperatura corporal e taquipenia – respiração rápida e rasa, ofegante. Nas duas primeiras fases é comum o animal ingerir bastante água."

Óbito pode ocorrer em menos de 72 horas

Conforme relatam as médicas-veterinárias, o quadro poderá evoluir para insuficiência renal, contribuindo para agravamento da intoxicação do organismo de forma rápida. Em menos de 72 horas, o animal poderá vir a óbito.

Silvana Gorniak explica que, neste estágio, o animal fica letárgico e apresenta náuseas, vômitos, uremia – ausência de urina –, e convulsões. Estes sintomas são comuns a partir do segundo dia após a ingestão da substância.

"O etilenoglicol será metabolizado no fígado por uma enzima chamada álcool desidrogenase. O produto final desse processo do organismo será o oxalato de cálcio. Esta substância promove a intoxicação nos túbulos dos rins, que é o que causa a falência renal e a morte do animal", diz a médica-veterinária da Comissão Técnica de Pesquisa Clínica do CRMV-SP.

Conduta clínica

Buscar auxílio de um médico-veterinário assim que o tutor identificar ou suspeitar de intoxicação pelos petiscos contaminados será de suma importância para tentar reverter o quadro e evitar o óbito do animal. Aos profissionais é indicado incluir na anamnese, o questionamento a respeito do contato com a substância ou a ingestão de produtos contaminados.

Até o momento, o Mapa identificou cinco empresas que utilizaram lotes de propilenoglicol comprometidos (Bassar Indústria e Comércio Ltda, FVO Alimentos Ltda, Peppy Pet Indústria e Comércio de Alimentos para Animais, Upper Dog Comercial Ltda e Petitos Indústria e Comércio de Alimentos).

Em até uma hora a partir da ingestão do produto, Anne Pierre Helzel orienta que o profissional realize também uma lavagem gástrica no animal. "Após esse tempo será importante que o profissional auxilie o organismo do animal a diminuir a taxa de metabolização do etilenoglicol, ampliando o tempo de processamento da substância, na tentativa de reduzir os efeitos deletérios."

Importância da necropsia

Nas situações em que o quadro do animal evoluir para óbito, a perícia médica-veterinária será de extrema importância como prova para confirmar a causa da morte e o delito. A presidente da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP, Mara Rita Rodrigues Massad, afirma que a conclusão da causa da morte será baseada tanto na perícia do corpo do animal, quanto do produto e das evidências e relatos dos tutores.

"Em processos cíveis, o procedimento deverá ser realizado por um serviço de necropsia documentada. Isso significa que o procedimento será todo fotografado, as lesões identificadas serão descritas detalhadamente, será realizado exame histopatológico e emitido laudo. Caso não haja serviço de necropsia documentada na cidade em que atua, o profissional médico-veterinário poderá realizar a necropsia e enviar a coleta do material para análise de um laboratório de Patologia", pondera Mara.

Processo criminal

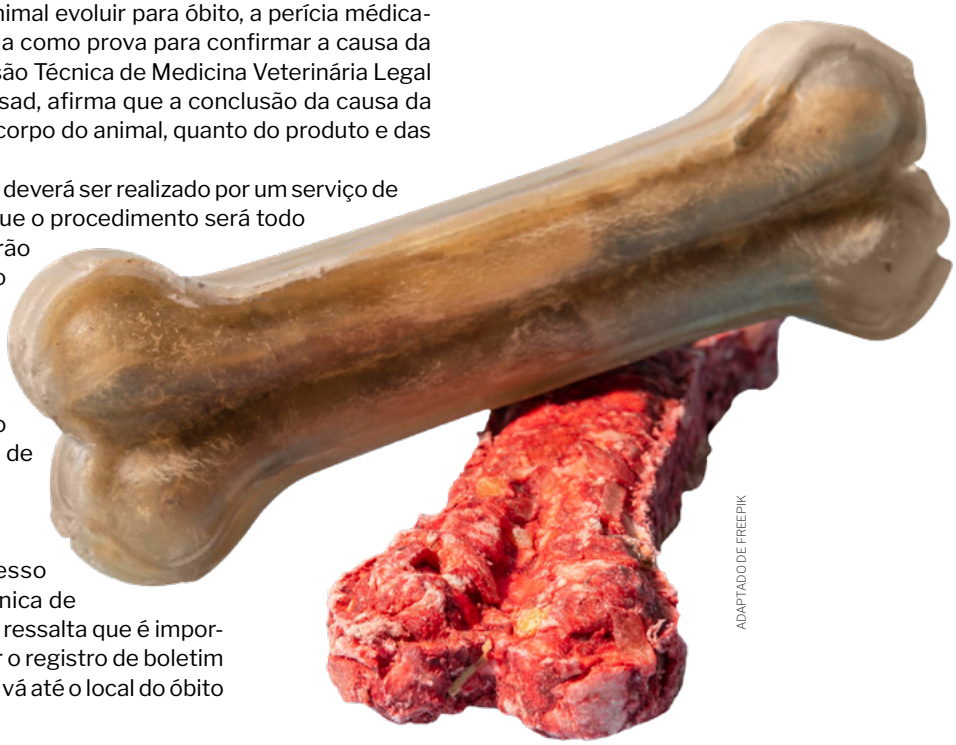
Entretanto, para abertura de processo criminal, a presidente da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP ressalta que é importante que o tutor seja orientado a realizar o registro de boletim de ocorrência e a aguardar que um perito vá até o local do óbito do animal ou que haja orientação para encaminhar o corpo para necropsia em um serviço oficial.

"Importante que os médicos-veterinários mantenham a guarda apropriada do corpo do animal até que o tutor reflita sobre qual procedimento deseja tomar, e que documentem em termo assinado pelo responsável a cada decisão, seja pelo descarte e incineração, ou pela retirada do corpo para encaminhamento para necropsia em outro local", orienta Mara Rita.

Sobre o caso

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) investiga 54 casos de óbitos de cães de pequeno porte com indícios de intoxicação pela presença de etilenoglicol ou monoetilenoglicol em petiscos, conforme laudo preliminar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No âmbito do Mapa, as investigações quanto à origem da contaminação estão sendo concentradas no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Até o momento há registro de casos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Alagoas, Sergipe, Goiás e no Distrito Federal. Em São Paulo, já são 11 óbitos em análise. ■



ADAPTADO DE FREEPIK

"QUANTO MAIS PRÓXIMOS ESTIVERMOS DA INICIATIVA PRIVADA, MAIS DIRECIONADAS ÀS NECESSIDADES REAIS SERÃO NOSSAS PESQUISAS"

Para a diretora do Departamento de Gestão Estratégica da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (DGE/Apta), a pecuária não é a vilã desse sistema, é a solução, basta apenas "colocá-la no trilho"

ACERVO IZ

Recentemente, os Institutos de Zootecnia (IZ), de Tecnologia de Alimentos (Ital), Biológico (IB) e de Pesca (IP), vinculados à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), órgão que coordena as atividades de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, foram contemplados em edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Os institutos terão investimentos de cerca de R$ 59 milhões, entre recursos da Fapesp, órgãos públicos e iniciativa privada, para criação de Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCD).

Renata Helena Branco Arnandes, diretora geral do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) da Apta, zootecnista e pesquisadora do IZ, salienta que a criação dos CCDs é de extrema importância para o agronegócio paulista. "A parceria público-privada ou a tríplice hélice (indústria/universidade/governo) permite que sejam efetuadas aplicações de recursos direcionados de acordo com a necessidade das áreas estratégicas, o que faz com que a tecnologia chegue mais rápido à cadeia produtiva."

A diretora destaca, ainda, que de acordo com as últimas publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), quando há investimento público direcionado a determinadas áreas estratégicas, é ampliada a probabilidade de serem gerados processos inovativos. "Quanto mais próximos estivermos da iniciativa privada, mais direcionadas às necessidades reais serão as nossas pesquisas. Isso fortalece a instituição e a pesquisa científica paulista", enfatiza Renata.

Neutralidade Climática da Pecuária de Corte em Regiões Tropicais

Um dos projetos aprovados, o CCD Neutralidade Climática da Pecuária de Corte em Regiões Tropicais do IZ, que terá Renata como coordenadora, tem o objetivo de avaliar questões relacionadas à emissão de metano decorrente da produção pecuária, especificamente nas regiões tropicais.

"Precisamos conhecer um pouco mais das emissões de gases do efeito estufa, do sequestro, para podermos cumprir o

ACERVO IZ

ACERVO IZ

compromisso de redução de 30% dessas emissões. Lembrando que a pecuária não é a vilã desse sistema, é a solução. Quando pensamos de forma global, as emissões produzidas por ruminantes no Brasil correspondem a cerca de 1% do total. O rebanho bovino brasileiro está estabilizado, mas temos esse desafio, que proporcionará um aumento de produtividade", afirma a pesquisadora.

Renata pondera que este investimento destina-se a cumprir um papel ainda mais relevante, que é o fornecimento de proteína de origem animal, visto que o Brasil é o celeiro do mundo. "Temos área, clima e pessoas capacitadas, é preciso colocar a pecuária no trilho."

Plataformas de pesquisa

Renata destaca que a criação do CCD Neutralidade Climática está embasada na intensificação dos sistemas produtivos, sendo que há cinco plataformas de pesquisa:

- a primeira está relacionada à nutrição materna, à programação fetal, à fertilidade e ao bem-estar animal. Sem um bom manejo não adianta fazer nada, pois a vaca precisa parir e entregar um bezerro ao ano;
- a segunda está relacionada à aplicação das técnicas nutricionais, como trabalhar melhor a nutrição nas diferentes fases, seja na fase de cria, recria e terminação. "Temos aditivos que podem reduzir e muito as emissões de metano, otimizando a fermentação ruminal", explica;
- a terceira trabalha com mensuração de metano entérico. Renata refere que o conhecimento das emissões é muito importante, pois é uma área transversal, assim como a Nutrição, portanto, essencial para saber realmente quanto um animal emite, nos diferentes sistemas;
- a quarta diz respeito ao sequestro de carbono no solo. "Não basta emitir, conhecer o que emite, é preciso saber como o solo brasileiro se comporta no sequestro de carbono. Temos painéis de solo muito diferentes dos existentes em regiões temperadas e, hoje, usamos a base de dados de outros países para mensurar o sequestro", afirma Renata;
- a quinta está relacionada ao tratamento de estratégias ômicas, como a metabolômica, que estuda as moléculas produzidas pelo metabolismo celular; a nutrigenômica, que analisa a forma como os nutrientes interagem com o material genético, interferindo na expressão dos genes; a proteômica, que estuda as proteínas, moléculas com funções reparadoras e construtoras; e a própria genômica, que estuda o genoma, o conjunto de todos os genes de um determinado organismo.

Mensuração das emissões de GEE na pecuária tropical

Entre as metodologias empregadas para reduzir as emissões de GEE existentes, a pesquisadora destaca as câmaras respirométricas, aplicadas em experimentos de exigências que fazem a mensuração de gases sem os animais no ambiente; o sistema GreenFeed, muito utilizado na Europa e no Brasil, que mensura a emissão individual de metano de bovinos ao longo do dia por diferença de pressão; o laser, usado em grandes áreas; e as 'bolhas' que são aplicadas no pasto para mensurar lotes de animais.

A metodologia do gás traçador hexafluoreto de enxofre (SF 6) é a mais utilizada no Brasil. Um cabresto com um cilindro de pressão negativa a ele acoplado é colocado no reprodutor no início da prova, o SF6 é liberado misturando-se aos gases da fermentação ruminal e atuando como um traçador do gás metano produzido e eliminado pelo animal.

"Portanto, são várias as metodologias utilizadas tanto no País quanto no mundo e que podem ser aplicadas em diferentes sistemas. O conhecimento dessas técnicas é fundamental para o sucesso do projeto", conclui Renata. ■

Demais projetos dos institutos da Apta contemplados pelo edital da Fapesp

CCD Soluções para os resíduos pós-consumo: Embalagens e Produtos – Ital

Propõe trazer soluções para o resíduo sólido pós-consumo para o estado de São Paulo e, consequentemente, para o Brasil.

CCD em Sanidade na Piscicultura – IP

Voltado a doenças emergentes especialmente na criação de tilápia – espécie mais cultivada no Brasil – e é composta de diferentes frentes de trabalho.

CCD Plataforma Tecnológica em Sanidade Animal – IB

Busca definir os principais biomarcadores a serem aplicados no desenvolvimento e padronização de testes rápidos para diagnóstico de doenças infecciosas de grande relevância em duas cadeias do setor pecuário (bovinos e aves).

VACINAÇÃO VOLUNTÁRIA CONTRA FEBRE DO NILO OCIDENTAL É AUTORIZADA PELO MAPA

Comissão Técnica de Equideocultura do CRMV-SP liderou movimento do setor junto à pasta, com apoio do CFMV, para liberação

De forma a atender à solicitação de médicos-veterinários do Estado de São Paulo que exercem atividades na área, a Comissão Técnica de Equideocultura do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CTE/CRMV-SP) coordenou movimento e obteve parecer favorável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) à vacinação de equinos contra Febre do Nilo Ocidental (FNO) em território nacional, a critério dos responsáveis pelos animais.

Em resposta ao documento técnico enviado ao Ministério, o diretor do Departamento de Saúde Animal da pasta, Geraldo Marcos de Moraes, informa que o pleito quanto à liberação da vacinação voluntária de equinos contra FNO em território nacional foi avaliado pela equipe técnica com parecer favorável e esclareceu, ainda, que no regramento que trata do registro e fiscalização de produtos de uso veterinário pelo Mapa não há proibição ao registro de vacina para prevenção da FNO em equinos no País.

"Encaminharemos aos serviços oficiais de saúde animal nos Estados orientações atualizadas sobre atividades de prevenção e controle da FNO, incluindo a possibilidade da vacinação voluntária contra a doença no Brasil", destaca Moraes.

Integrante das comissões técnicas de Equideocultura e de Bem-estar Animal do CRMV-SP, e docente da Universidade de Sorocaba, Claudia Sophia Leschonski ressalta a importância do parecer favorável do Mapa para que os médicos-veterinários de equinos possam oferecer a seus clientes a possibilidade desta imunização.

Há aproximadamente 20 anos, a vacina contra a doença está disponível comercialmente nos EUA e na Europa, embora sua distribuição e utilização não fossem até o momento autorizada no Brasil. "O padrão de cuidados com nossos cavalos ganha um predicado adicional. Em outra frente, ficamos satisfeitos em saber que o Mapa está disposto a atender às demandas do setor, e que juntos podemos trabalhar para a evolução da Equinocultura."

PIXABAY

Segundo o coordenador técnico médico-veterinário do CRMV-SP, Leonardo Burlini Soares, desde 2009 reações sorológicas para o vírus da FNO em equinos vêm sendo descritas no País e em 2018 e 2019 foram confirmados casos nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Ceará, assim como também houve ocorrência em humano no Piauí (2014). "Tudo isso reforça a necessidade de intensificação da vigilância para a detecção da doença e de medidas de controle. A resposta do Mapa ao material enviado pelo CRMV-SP é uma grande e relevante conquista para a equideocultura nacional."

Contribuição técnica

O documento técnico elaborado para embasar o pedido ao Mapa teve a contribuição de profissionais que são referência nacional e internacional da área da Equideocultura, e que atuam em instituições de ensino e pesquisa, em clínicas e propriedades rurais, na defesa sanitária animal e na indústria farmacêutica.

Entre os participantes estão, além de Claudia, os membros da CTE/CRMV-SP: Otávio Diniz, presidente da Comissão e médico-veterinário aposentado da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA); Rui Carlos Vincenzi, primeiro secretário da Associação Brasileira dos Médicos-veterinários de Equídeos; Affonso dos Santos Marcos, diretor técnico do Departamento de Defesa Sanitária e Inspeção Animal da CDA; Mirian Rodrigues, docente da Universidade do Oeste Paulista, e Marcos Sampaio de Almeida Prado, profissional autônomo.

Contribuíram também os médicos-veterinários José Joffre Martins Bayeux, docente da Universidade do Vale do Paraíba; Erica Azevedo Costa, docente do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da

Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais; Karla Dantas Madeira da Costa, coordenadora técnica comercial da Univitta; e Pollyana Rennó Campos Braga, gerente de produto da linha equinos da empresa Ceva.

Acesse a íntegra da nota técnica no link: https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/WNV-equideos-brasileiros_nota_tecnica-1.pdf

Prevenção

Claudia ressalta que a FNO é uma zoonose reconhecida há décadas, responsável por surtos em equinos com elevados índices de mortalidade. Nos EUA, segundo diretrizes da American Association of Equine Practitioners (AAEP), a vacinação de todo o plantel equídeo contra a doença é considerada essencial para o bom manejo sanitário.

"Nos últimos anos, alguns casos positivos de FNO foram confirmados em equídeos brasileiros. Considerando que esta doença tem as aves migratórias entre os seus vetores, e levando também em conta a grande similaridade de sintomas entre algumas enfermidades infecciosas com sintomatologia nervosa que acometem equídeos, a possibilidade de que a FNO possa se disseminar pelo plantel equídeo brasileiro precisa ser levada a sério", pondera a médica-veterinária.

De acordo com Soares, a FNO é uma zoonose de notificação obrigatória, que nos seres humanos é assintomática na maioria das vezes, mas que também pode causar febre e dores de cabeça e no corpo, assim como, de maneira menos frequente, evoluir para sintomas mais graves, como meningite, encefalite e paralisia, ainda podendo levar ao óbito, o que é mais raro.

Diagnóstico Diferencial e Impacto Econômico

Os sinais clínicos da FNO em equídeos são semelhantes aos de várias doenças neurológicas, como as encefalomielites equinas do leste e do oeste, raiva e intoxicações, por exemplo. Assim, a vigilância deve seguir os procedimentos estabelecidos para a Síndrome Nervosa dos Herbívoros e realizar o diagnóstico diferencial.

Impacto econômico

Com alto índice de mortalidade nos animais afetados, Claudia ressalta que a FNO traz graves sequelas neurológicas que demandam a eutanásia e, em outros casos, pode resultar na incapacitação funcional permanente. Nos equídeos, a letalidade é de aproximadamente 35%, com outros 40% ainda apresentando sequelas neurológicas em seis meses ou após a remissão da fase aguda da doença.

"Os equídeos de esporte e de função costumam ter alto valor agregado, tanto econômico quanto afetivo. A grande demanda pela possibilidade de utilização da vacina por parte dos médicos-veterinários de equídeos destaca a importância individual destes cavalos, muares e jumentos para os proprietários e criadores que continuamente investem neles", pondera a integrante da CTE/CRMV-SP. ■

Febre do Nilo Ocidental

Como encefalite viral, a FNO causa sintomas neurológicos similares aos do herpes vírus equino, da encefalite equina e da raiva. Nos equídeos, tem letalidade de aproximadamente **35%**, sendo que outros **40%** ficam com sequelas neurológicas. Por ser uma zoonose, a FNO também infecta seres humanos e cerca de **1%** dos pacientes falecem em decorrência da doença.

Transmissão

- aves migratórias são hospedeiras naturais do vírus;
- mosquitos Culex spp. são vetores;
- humanos e equinos são hospedeiros acidentais;
- transmissão para humanos se dá via picada de mosquito e não pelo contato com cavalos.

Diagnóstico em animais:

- levar ao médico-veterinário todo equídeo com sintomas neurológicos;
- será necessária a coleta de material para exame laboratorial e confirmação do quadro;
- alguns diagnósticos diferenciais são feitos apenas no post-mortem, portanto carcaças não devem ser descartadas sem coleta e exames macro e microscópicos.

Sintomas em humanos:

- maioria das pessoas é assintomática;
- formas graves da doença atingem o sistema nervoso central com meningite e encefalite;
  - febre alta e rigidez da nuca, convulsões, coma e paralisia são comuns em casos graves.

Medidas preventivas:

- controle de insetos hematófagos;
- utilização de barreiras físicas e químicas para reduzir contato com insetos;
- vacinação voluntária dos equídeos.

Fonte: CRMV-SP

Comissão do Agronegócio discute cadeia produtiva da suinocultura

A Comissão Estadual do Agronegócio do CRMV-SP se reuniu, em julho, para discutir sobre a cadeia produtiva da suinocultura no Brasil e no exterior. O encontro contou com a presença de Artur Felício, gerente do Programa Estadual de Sanidade Suídea (PESS) da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.

Durante o encontro, Felício abordou a atuação do PESS e de que maneira o setor público está contribuindo para atender as necessidades do setor privado, por meio da garantia da vigilância sanitária e epidemiológica das doenças em suínos.

"Nosso objetivo é captar as informações dos diversos setores do agro e preparar conteúdos, artigos e pesquisas que apresentem dados importantes sobre as áreas, para publicações futuras", afirmou o presidente da Comissão e secretário-geral do CRMV-SP, Fernando Gomes Buchala.

Dados da suinocultura no Brasil

- 18,1 kg per capita consumidos por ano
- 900 mil toneladas consumidas ao ano
- R$ 31 bilhões de produção anual
- 70 mil matrizes de suínos tecnificados

Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)/2022

ACERVO CRMV-SP

Encontro de Comissões de Saúde Pública do Sistema CFMV/CRMVs será sediado por São Paulo

Os membros da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP se reuniram com o presidente da Comissão de Saúde Pública do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Nélio Batista de Morais. Entre as pautas discutidas, temáticas como a resolução que trata de sobrevacinação em serviços públicos, Portaria CVS nº 01/2020, e a definição de estratégias para participação das etapas das Conferências de Saúde. Durante a visita também foi definida a programação do Encontro das Comissão de Saúde Pública do Sistema CFMV/CRMVs que, desta vez, ocorrerá em São Paulo e será transmitido de forma on-line aos profissionais. Confira em breve a programação do evento, que acontece nos dias 8 e 9 de novembro, na plataforma do CRMV-SP e inscreva-se.

ACERVO CRMV-SP

Novos membros da Comissão de Zootecnia e Ensino são empossados

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, deu posse, em agosto, à nova composição da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino. O grupo é formado por Celso da Costa Carrer (presidente), coordenador do Unicetex, laboratório do ZEB/FZEA/USP e desenvolveu o Programa de Pós-Doutorado junto ao Parque Científico da Universidade de Valência (Espanha); e pelos membros efetivos Carlos Marcelo Saviani, um dos responsáveis pelo desenvolvimento e implementação da estratégia global de sustentabilidade em nutrição animal da DSM e integrante do Environmental Sustainability Expert Group da Internacional Egg Commission; Célia Carrer; ex-presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ) e docente da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA/USP); José Roberto Sartori, professor assistente doutor do Departamento de Melhoramento e Nutrição Animal da FMVZ-Unesp, campus Botucatu; Luiz Marques Ayroza; pesquisador científico da Apta/SAA-SP, presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da SAA-SP e consultor na Associação Brasileira de Piscicultura Peixe BR; Paulo Marcelo Tavares Ribeiro; diretor de projetos da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE Sampa); Thalita Cucki, docente na Universidade Anhembi Morumbi e na Faculdade das Américas; e Silvia Robles Duarte, Ph.D. em Animal Sciences pela Rutgers (The State University of New Jersey), com MBA em Nutrição Animal (Didatus) e em Gestão de Projetos (USP).

ACERVO CRMV-SP

Seminário no Rio de Janeiro debate Educação em Medicina Veterinária

O II Seminário Estadual, promovido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (CRMV-RJ), abordou a Educação em Medicina Veterinária e contou com mais de 50 participantes, entre dirigentes, coordenadores e professores de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, além de presidentes das Comissões de Educação dos CRMVs da região Sudeste e do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Miliane Moreira Soares de Souza, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante da Comissão Nacional de Educação da Medicina Veterinária (CNEMV/CFMV), destacou a importância de espaços como os disponibilizados pelo Seminário, pois, "desta forma, podemos agregar ideias e catalisar as mudanças necessárias para que a implementação das diretrizes curriculares sejam feitas dentro dos currículos e dos projetos pedagógicos dos cursos da Medicina Veterinária".

"Essa aproximação é primordial para que os Conselhos de classe e as instituições de ensino possam estreitar seus laços e, consequentemente, possamos colaborar na melhora do ensino", afirmou Fábio Manhoso, presidente da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, que esteve presente no evento, apresentando o projeto "Melhor Escolha".

ACERVO CRMV-RJ

Agentes das GCMs de cinco municípios são treinados para identificação de maus-tratos

Por meio da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) ofereceu, em setembro, formação sobre crimes de maus-tratos a animais para fiscais e médicos-veterinários da Secretaria de Meio Ambiente de Guarulhos, agentes da Inspetoria de Patrulhamento Ambiental da Guarda Civil Municipal (GCM), além de agentes das guardas municipais das cidades de Arujá, Itararé, Mairiporã e Rio Claro.

Promovido pelo Departamento de Proteção Animal (DPAN) e pela Secretaria para Assuntos de Segurança Pública de Guarulhos, o curso contou com palestras da médica-veterinária Talia Missen Tremori, integrante da Comissão do CRMV-SP; e as participações da médica-veterinária Juliana Kopczynski, diretora do Departamento de Proteção Animal (DPAN); e de Pedro Sarmento, inspetor-geral, engenheiro ambiental e comandante da GCM Ambiental de Guarulhos.

Segundo Talia, os casos de maus-tratos mais comuns identificados pelos agentes envolvem negligência, como abandono em vias públicas, atropelamentos e fuga; e ausência de bem-estar, gerando desconforto e desnutrição nos animais; além de situações de acumulação e rinha de galo.

"O aumento das notificações de crimes de maus-tratos, o avanço das legislações e a consciência da sociedade mostram que este tema é de extrema relevância. O segmento necessita de profissionais cada vez mais preparados para atuar com essas demandas", enfatiza Odemilson Donizete Mossero, presidente do Regional.

ACERVO CRMV-RJ

Fórum das CNAS discute necessidades da área de animais selvagens

O IV Fórum das Comissões Nacional e Regionais de Animais Selvagens do Sistema CFMV/CRMVs, que aconteceu, em setembro, em Brasília (DF), teve como objetivo alinhar as ações das comissões e levantar ideias e necessidades frente aos cenários da área de atuação nos diferentes estados. O presidente da Comissão de Médicos-veterinários de Animais Selvagens do CRMV-SP, Fabrício Braga Rassy, participou dos dois dias do evento, representando São Paulo.

ACERVO CFMV

Campanha do CRMV-SP é apresentada em fórum internacional no Chile

Em agosto, o presidente da Comissão Técnica de Educação e vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, representou o Regional durante o Foro de Educación Veterinária, no Chile. No evento, o médico-veterinário apresentou o projeto Melhor Escolha, criado pela Comissão, e dois trabalhos na modalidade pôster envolvendo parceria com instituições de ensino superior, únicos trabalhos orais aprovados do Brasil. Além disso, ao lado da médica-veterinária Kátia Bresciani, membro da Comissão, foi recebido pelo decano e por docentes em visita oficial à Universidad de Chile, e pelo diretor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile.

ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

Regional marca presença durante o II Fórum da CONMVL

Em setembro, membros da Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP participaram do II Fórum das Comissões Nacional e Regionais de Medicina Veterinária Legal (CONMVL) do Sistema CFMV/CRMVs, em Brasília (DF). No evento, foram discutidas as atribuições das comissões regionais e criada uma carta com objetivos de trabalho, que será apresentada à diretoria do CFMV, para posterior compartilhamento. As comissões técnicas têm papel fundamental na elaboração de resoluções e na solução de conflitos que surgem relacionados ao tema. Estiveram presentes, representando a Comissão do CRMV-SP, a presidente Mara Rita Rodrigues Massad e a membro efetiva Ana Cristina Tasaka.

ARQUIVO PESSOAL/MARA RITA RODRIGUES MASSAD

CRMV-SP e CRMV-RJ realizam reunião sobre cannabis medicinal

A presidente do Grupo de Trabalho sobre a Cannabis Medicinal na Medicina Veterinária do CRMV-SP, Talita Thomaz Nader, participou de reunião entre os GTs do CRMV-SP e CRMV-RJ, ocorrido, em setembro, na sede do Conselho do Rio de Janeiro. Na ocasião, foram discutidas as conquistas e avanços relacionados à utilização da cannabis na Medicina Veterinária, e traçadas estratégias conjuntas.

O grupo visa desenvolver eventos com o objetivo de orientar a classe sobre o que se tem hoje de consistência e legalidade quanto ao uso da cannabis em animais e o que se espera desse mercado. Será redigida também uma nota técnica sobre as particularidades da terapia, que apesar de ainda não ser regulamentada para uso em animais, tem sido utilizada de forma ostensiva e subsidiada por estudos técnicos e científicos.

ACERVO PESSOAL/TALITA THOMAZ NADER

CRMV-SP participa do I Workshop Agro Paulista 2030

A presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP, Elma Polegato, participou do I Workshop Agro Paulista 2030, em setembro, na Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo, e contou com a participação de mais 50 instituições.

Os participantes puderam conhecer projetos em andamento na Secretaria, como o Rotas Rurais, que mapeia as propriedades rurais, visando o escoamento da produção. Além das linhas de crédito/financeiro para diversas áreas, inclusive, voltadas à agricultura sustentável paulista.

Representando o CRMV-SP no evento, Elma apresentou sugestões de orientação aos produtor rural, técnicos médicos-veterinários e zootecnistas, que atuam no campo, sobre a gestão dos resíduos gerados na Agropecuária, especialmente de medicamentos. As ideias foram bem recebidas pelos coordenadores do I Agro Paulista 2030, uma vez que não se pode falar em agro sustentável, que atenda a Agenda 2030, sem que sejam cumpridos os ODS 12 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 12) referentes à produção e consumo sustentáveis.

ACERVO PESSOAL/ELMA POLEGATO

FUNDAMENTOS DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL

A obra tem como principal objetivo fornecer conhecimento teórico e prático capaz de melhorar a qualidade de vida de todos os grupos de animais. Além da aplicação do enriquecimento ambiental, é possível encontrar ideias de como avaliar a eficiência dos estímulos utilizados como enriquecimento e instruções de como planejar e montar um programa de bem-estar animal. Aborda, ainda, a importância do enriquecimento ambiental para a conservação das espécies e para as atividades de educação ambiental, assim como a aplicação das técnicas de condicionamento animal como ferramentas de enriquecimento.

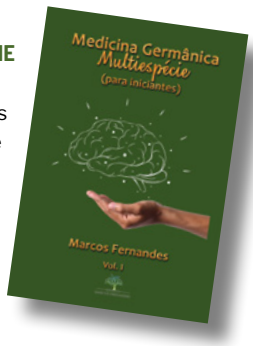
Autores: Cristiano Schetini de Azevedo, Cynthia Fernandes Cipreste e Cristiane Schilbach Pizzutto
Editora: Payá

CAVALOS ENTUSIASMADOS, CAVALEIROS APAIXONADOS

Coletânea de textos produzidos ao longo de décadas de vivências no meio equestre, a obra traz relatos e reflexões sobre a vida com cavalos. Com experiência no gerenciamento de estabelecimentos equestres, treinamento de cavalos de esporte, manejo preventivo e bem-estar de equídeos, a autora aborda o comportamento natural desse animal, treinamento, necessidades no manejo cotidiano e sobre as responsabilidades, alegrias e tristezas que envolvem o universo equino.

Autora: Claudia Leschonski
Editora: Editora Brasileira de Arte e Cultura
Para adquirir, envie e-mail para contato@lojaucoficial.com.br

MEDICINA GERMÂNICA MULTIESPÉCIE



Por meio da Medicina Germânica, criada pelo médico alemão Ryke Geerd Hamer, no início dos anos 1980, segundo a qual as pessoas adoecem por conflitos biológicos (como perdas, autodesvalorização), a obra trata conceitos como: "Identificação", de Sigmund Freud; "Campos Mórficos", de Rupert Sheldrake; "Constelações Familiares", de Bert Hellinger; e de "Família Multiespécie", associados a três décadas de trabalho em consultório veterinário. O autor criou uma forma de aplicação objetiva dos ensinamentos do Dr. Hamer em benefício aos animais.

Autor: Marcos Fernandes
Editora: Instituto Marcos Fernandes

QUALIDADE, TECNOLOGIA E INSPEÇÃO DE CARNES

Dividido em três seções – a ciência básica da qualidade e tecnologia de carnes; inspeção higiênico-sanitária de carnes; e tópicos complementares –, o livro é o mais atualizado e completo da área de qualidade, tecnologia e inspeção sanitária de carnes. Com 19 capítulos, escritos por 20 colaboradores entre acadêmicos, profissionais da indústria cárnea e Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA), a obra é leitura obrigatória para estudantes das áreas de Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Alimentos e demais profissionais que atuam no segmento de processamento de carnes.

Autor/organizador: Gabriel Augusto Marques Rossi
Editora: MedVet

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP, reunido na 541ª Sessão Plenária, realizada em 21/06/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1.138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica-veterinária Juliana Rizzato – CRMV-SP nº 51.533-VP, por mensagens ofensivas e difamatórios em redes sociais (Facebook), de forma infundada, sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 12 de abril de 2022, em Itirapina/SP, conforme voto apresentado pelo conselheiro relator Professor Doutor Silvio Arruda Vasconcellos.

ODEMILSON DONIZETE MOSSERO
CRMV-SP Nº. 02.889
Presidente

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP, reunido na 543ª Sessão Plenária, realizada em 18/08/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1.138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica-veterinária Graziela Aparecida Bastos Lisboa – CRMV-SP nº 25.157-VP, responsável técnica do estabelecimento VILA PET TATUAPÉ LTDA, devidamente registrado no CRMV-SP sob o nº 47.052/PJ, localizado no município de São Paulo, por mensagens ofensivas e difamatórios em redes sociais (Facebook), de forma infundada, sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 30 de junho de 2022, conforme voto apresentado pelo conselheiro relator Professor Doutor Silvio Arruda Vasconcellos.

ODEMILSON DONIZETE MOSSERO
CRMV-SP Nº. 02.889
Presidente

Julho a Setembro de 2022	Resumo (R$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	45.568.850,67
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	3.735.624,14
Multas p/ Infração	41.898,69
Honorários Advocatícios	239.447,20
Ressarcimentos	1.006,00
Rentabilidade Aplicações	1.358.112,14
Total Receitas	**5.376.088,17**
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	1.962.785,86
Benefícios/Encargos	1.540.530,05
Material de Consumo	78.804,30
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	428.322,38
Telefone/Energia Elétrica/Água	41.285,56
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	594.034,76
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	189.608,55
Auxílio Representação	900,00
Auxílio Despesas	49.506,00
Serviços de Terceiros	155.104,43
Manutenção e Conservação de Bens	1.037.532,89
Suprimentos Delegacias e Fiscais	192.613,85
Serviços de Informática	153.474,39
Indenizações e Restituições	14.247,67
Repasse Honorários Advocatícios	94.793,53
Desp. Ações Executivas	35.092,18
Serviços Postais e Telegráficos	61.836,62
Serviços Divulgação e Publicidade	27.043,91
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	586,43
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	3.443,77
Cota Parte CFMV	986.925,08
Despesas Bancárias	33.969,74
Compra de Bens	74.449,92
Total Despesas	**7.756.891,87**
SALDO BANCÁRIO FINAL	43.188.046,97
Composição Saldo Bancário	
Bco Brasil - BB CDB DI	24.758.928,61
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	120.911,95
CEF - CDB FLEX	18.248.676,98
CEF - Santa Cruz	59.529,43
Total	**43.188.046,97**

6ª SEMANA DO MÉDICO-VETERINÁRIO

16 a 18/11, On-line

Confira a programação e **INSCREVA-SE!**

crmvsp.gov.br